

Notas Explicativas

Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A **Notas explicativas às demonstrações financeiras para o** **exercício findo em 31 de dezembro de 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (“Companhia”), nova razão social das Centrais Elétricas Matogrossenses S/A - Cemat, é uma sociedade por ações de capital aberto, concessionária distribuidora de energia elétrica, sob o controle acionário da Rede Energia S.A. (“REDE”) - em “Recuperação Judicial”, que por sua vez é integrante do GRUPO ENERGISA, que atua na de distribuição de energia elétrica além da geração própria de energia por meio de usinas térmicas para o atendimento a sistemas isolados em sua área de concessão que abrange todo o Estado de Mato Grosso com 903.378 km², atendendo 1.269.581 consumidores (informação não auditada pelos auditores independentes) em 141 municípios. A alteração da razão social da Companhia foi aprovada em Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 02 de fevereiro de 2015. A Companhia possui sede na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso e obteve registro de Companhia aberta na CVM em 25 de Outubro de 1994.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de energia elétrica são:

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do regulador;

IV - atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações em posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VII - a concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, contas a receber da concessão, ativos vinculados à concessão, receita de construção e prazo de concessão, estão apresentadas nas notas explicativas nº 9, 15, 17, 27 e 36, respectivamente.

1.1 Intervenção administrativa da ANEEL

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através da Resolução Autorizativa nº 3.647 (“Resolução”), de 31 de agosto de 2012, determinou, cautelarmente, a intervenção administrativa na Companhia, por um

prazo de 1 (um) ano, contado da edição da referida resolução, que poderia ser prorrogada a critério da ANEEL.

Através da Resolução Autorizativa n.º 4.282, de 20 de agosto de 2013, a ANEEL prorrogou, pelo prazo de 2 (dois) anos, a intervenção administrativa na Companhia, determinada pela Resolução Autorizativa n.º 3.647 de 31 de agosto de 2012, continuando inalteradas as disposições anteriores.

Em 08 de abril de 2014, foi publicada a Resolução Autorizativa da ANEEL n.º 4.622 que decretou o fim da intervenção federal na Companhia. A conclusão do processo foi condicionada à lavratura da transferência das ações nos livros societários das empresas que compõem o compromisso de compra e venda e à realização de Assembleia Geral para a eleição dos novos administradores da Concessionária (nota explicativa nº 1.4).

1.2 Plano de Recuperação da Companhia

Em 31 de agosto de 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, determinou a intervenção administrativa na Energisa Mato Grosso, pelo prazo de 1 (um) ano, que poderia ser prorrogada a critério da ANEEL. Nos termos do § 3º do artigo 3º da Resolução, os acionistas da Companhia teriam que apresentar no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da intervenção, um Plano de Recuperação e Correção das falhas e transgressões que ensejaram a intervenção.

Em 26 de outubro de 2012, o representante legal do acionista controlador protocolizou na ANEEL, um plano de recuperação para análise e aprovação da agência reguladora.

Esse plano foi baseado na premissa de entrada de novo controlador, com aporte de novos recursos na Rede Energia S.A. - em “Recuperação Judicial”. Após a entrada do novo acionista, a Rede Energia S.A. - em “Recuperação Judicial”, injetaria diretamente ou via Rede Power do Brasil S.A., recursos na Companhia.

Em 01 de Outubro de 2013, a Rede Energia S.A. apresentou à ANEEL, um novo plano de recuperação para análise e aprovação da agência reguladora. Esse plano estava vinculado à transferência de controle acionário para a Energisa S.A. cujo compromisso de investimento, compra e venda de ações, foi firmado em 11 de julho de 2013.

Em 17 de dezembro de 2013, a ANEEL aprovou através do despacho n.º 4.463/2013 o plano de recuperação da Companhia apresentado pelo Grupo Rede Energia que foi detalhado e atualizado pelo Grupo Energisa. Em até 60 (sessenta) dias após a transferência do controle societário, o Grupo Energisa deveria comprovar o aporte dos recursos previstos nos planos aprovados para recuperação e correção das falhas e transgressões que ensejaram a intervenção.

Em 28 de Janeiro de 2014, a Resolução Autorizativa n.º 4.510, anuiu a transferência do controle societário da Rede Energia e definiu que a nova controladora deverá observar a expressa vedação para a transferência de recursos via mútuo das distribuidoras para qualquer holding, protegendo assim o serviço público de eventuais percalços financeiros.

Diante do compromisso dos financiadores para aportar recursos na holding, a serem repassados às distribuidoras nas mesmas condições originais pactuadas, ficam autorizadas as necessárias operações de mútuo no exercício de 2014, tendo como mutuárias as concessionárias de distribuição.

Com o fim da intervenção passou a vigorar na Companhia o regime excepcional de sanções aprovado pela ANEEL, que está condicionado ao aporte dos recursos previstos nos planos para recuperação e correção das falhas e transgressões que ensejaram a intervenção. O regime excepcional resolve:

- Autorizar a revisão extraordinária dos limites relativos à continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, nos seus aspectos de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC, para a Companhia;
- Autorizar a destinação dos recursos das compensações por violação dos limites de qualidade referentes à continuidade do serviço de que trata o item 5.11 da seção 8.2 do Módulo 8 do PRODIST, até sua próxima revisão tarifária, para a realização de investimentos na área de concessão;
- Prorrogar o prazo de incorporação das redes particulares que trata o §2º do Art. 8-A da Resolução Normativa nº. 229, de 8 de agosto de 2006, para 31 de dezembro de 2016;

- Autorizar a Eletrobrás a conceder parcelamento de débitos relativos às quotas mensais da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e Reserva Global de Reversão - RGR, em até 60 (sessenta) parcelas;
- Anuir o pedido da Eletrobrás do parcelamento dos débitos relativos às quotas mensais de Itaipu;
- Autorizar que os débitos originários de multas com exigibilidade suspensa pelo Despacho nº 1.493, de 14 de maio de 2013, possam ser pagos em até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais e sucessivas;
- Autorizar o regime excepcional de sanções regulatórias, contemplando o caráter exclusivamente de orientação, sem aplicação de penalidades, das ações fiscalizadoras de caráter técnico/comercial, cujos termos de notificação sejam emitidos até 31 de dezembro de 2015.

1.3 Recuperação Judicial - Rede Energia

Em 19 de dezembro de 2012, a acionista direta da Energisa Mato Grosso, Rede Energia S.A. - em “Recuperação Judicial” e as coligadas Companhia Técnica de Comercialização de Energia (“CTCE”) em “Recuperação Judicial” e a QMRA Participações S.A. (“QMRA”) em “Recuperação Judicial” tiveram seus pedidos de recuperação judicial (RJ) deferidos nos termos da Lei nº 11.101/2005.

Os planos de recuperação judicial foram apresentados em juízo no dia 15 de março de 2013, dentro do prazo legal, para ser submetido à deliberação das assembleias gerais de credores das empresas, a serem instaladas no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, contados do deferimento do processamento dos pedidos de recuperação (art. 56, §1º, da Lei de Recuperação). Esses planos, que foram divulgados aos acionistas e ao mercado na forma da regulamentação vigente, estavam sujeitos às modificações que poderiam ser propostas pelos credores e deliberadas em assembleia geral de credores, respeitados os quóruns legais e a aprovação das próprias empresas (art. 56, §3º, da Lei de Recuperação).

Em 09 de setembro de 2013, o juiz responsável pela recuperação judicial da Rede Energia S/A - “Em Recuperação Judicial”, aprovou o plano deliberado em assembleia de credores do grupo em 5 de julho.

1.4 Compromisso de Investimento, compra e venda de ações e outras avenças

Em 11 de julho de 2013, a controladora Rede Energia S.A. - “em Recuperação Judicial” publicou fato relevante ao mercado que foi celebrado, naquela data, Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças entre, de um lado, Energisa S.A. e, de outro lado, o Sr. Jorge Queiroz de Moraes Junior, pelo qual este último, mediante a verificação de determinadas condições precedentes, compromete-se a transferir à Energisa S.A. a totalidade de suas ações de emissão da REDE e das sociedades J.Q.M.J. Participações S.A., BBPM Participações S.A., Denerge Desenvolvimento Energético S.A. - “em recuperação judicial” e Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. - “em recuperação judicial”, participações societárias essas que conferiram à Energisa S.A. o controle indireto da REDE e, por consequência, das demais sociedades do Grupo, inclusive das distribuidoras de energia.

O compromisso assinado reflete o plano de recuperação judicial votado na assembleia geral de credores realizada na mesma data. A efetiva conclusão do negócio estava sujeita a condições precedentes, dentre elas: (i) à obtenção das devidas aprovações por parte dos órgãos públicos competentes e de determinados credores e investidores, nos termos da legislação, contratos e acordos de acionistas aplicáveis (vide nota explicativa 1.3); (ii) à aprovação do plano de recuperação das distribuidoras de energia elétrica, apresentado à ANEEL, para levantamento da intervenção; e (iii) à homologação do plano de recuperação judicial apresentado na assembleia geral de credores de 05 de julho de 2013, no âmbito da recuperação judicial da REDE, ajuizada em conjunto com sociedades relacionadas (nota explicativa nº 1.3).

Em publicação no diário oficial da União de 16 de outubro de 2013, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), aprovou sem restrições, a aquisição, pela Energisa, do controle acionário da Rede Energia - “Em Recuperação Judicial”.

A transferência das ações do controle acionário da Companhia foram lavradas em 11 de abril de 2014 após atendidas todas as condições precedentes, e em 14 de abril de 2014 foram eleitos os novos administradores da Companhia.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades Anônimas, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de março de 2015.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os CPCs e IFRS, não havendo diferenças entre as práticas.

Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e
- Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Julgamentos e estimativas

Estimativas contábeis - a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, planos de suplementação de aposentadoria e pensões, e créditos tributários. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

Compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE - os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando as informações não estão disponíveis tempestivamente.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - (i) clientes, consumidores e concessionárias constituída com base nos valores a receber dos clientes da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias; (ii) títulos de créditos a receber, constituída em 100% do valor da dívida a partir de vencidas 3 (três) parcelas do contrato.

Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais - A Companhia registrou provisões, as quais envolvem julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações

circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Planos de suplementação de aposentadoria e pensões - A Companhia possui planos de benefícios a empregados que inclui planos de suplementação de aposentadoria e pensões e plano de saúde.

Os compromissos atuariais com os planos de suplementação de aposentadoria e pensões são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com a Deliberação CVM 695 de 13 de dezembro de 2012 e as regras contábeis estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC nº33 R1 (IAS 19) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os superávits com planos de benefícios a empregados não são contabilizados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médico são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Créditos tributários - os créditos tributários são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação dos créditos tributários, com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores registrados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos de acordo com a legislação fiscal.

Instrumentos financeiros derivativos - Os julgamentos e estimativas relacionados aos instrumentos financeiros derivativos estão descritos na nota explicativa nº 33.

3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo IASB - International Accounting Standards Board

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou efeito material sobre as demonstrações financeiras.

A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir destas demonstrações financeiras. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores.

- Modificações à IAS 39 - Compensação de derivativos e continuação da contabilidade de hedge;
- Modificações à IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Divulgação de montantes recuperáveis para ativos não-financeiros;
- Modificações às IFRS 10,12 e IAS 27 - Entidades de Investimento;
- Modificações à IAS 32 (CPC 39)- Compensação de Ativos e Passivos Financeiros;
- IFRIC 21 - Taxas do Governo;

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas pela Companhia, é como segue:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros (5)
- IFRS 15 Receitas de Contratos com clientes (4)
- Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2) Acordo contratual conjunto (3)

- Modificações às IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis (3)
- Modificações às IAS 16 / CPC 27 e IAS 41 / CPC 29 Agricultura: Plantas produtivas (3)
- Modificações à IAS 19/CPC 33 (R1) Plano de Benefício Definido: Contribuição do Empregado
- Modificações as IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2010-2012 (2)
- Modificações as IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2011-2013 (1)

- (1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014, com adoção antecipada permitida.
- (2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014, com exceções. Adoção antecipada permitida.
- (3) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.
- (4) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida.
- (5) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRSs anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros.

3.2. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

- a. Caixa e equivalentes de caixa - abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com cláusulas contratuais que permitem o resgate em até 90 dias da data de sua aquisição, pelas taxas contratadas, estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo;
- b. Instrumentos financeiros - Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Companhia e são mensurados inicialmente pelo valor justo, quando aplicável, após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados em: (i) mantidos para negociação - mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Essa classificação inclui as operações com derivativos; (ii) mantidos até o vencimento - mensurados pela taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado e (iii) empréstimos e recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado.

Existem três tipos de níveis para apuração do valor justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo:

Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A classificação e os valores justo dos instrumentos financeiros está apresentada na nota explicativa nº 33.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa; aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados, consumidores e concessionárias, ativo regulatório, contas a receber da concessão, títulos de créditos a receber e instrumentos financeiros derivativos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e

financiamentos, debêntures, encargos de dívidas e instrumentos financeiros derivativos.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado;

- c. Consumidores e concessionárias - englobam o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento do balanço;
- d. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos, levando em conta os critérios estabelecidos pela ANEEL;
- e. Estoques - os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;
- f. Ativos e passivos regulatórios - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão. Considerando-se que os contratos de concessão da Companhia foram atualizados em dezembro de 2014, para inclusão da base de indenização dos saldos remanescentes de diferenças temporárias entre os valores homologados e incluídos nas tarifas vigentes e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência, e considerando a orientação técnica OCPC-08 (Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacional de Contabilidade), a Companhia passou a ter um direito ou obrigação incondicional de receber ou entregar caixa ou outro instrumento financeiro ao Poder Concedente e, portanto, passou a registrar os valores dentro de seus respectivos períodos de competência.
- g. Contas a receber da concessão - representa a parcela do capital investido na infraestrutura, não amortizada no período da concessão, a ser indenizada ao final da concessão.

Com a publicação da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, foi confirmado a utilização do VNR - Valor Novo de Reposição pelo Poder Concedente para pagamento de indenização dos ativos não amortizados no vencimento da concessão. Por esta razão, desde o exercício de 2012, a Companhia registrou como receita financeira o valor correspondente à diferença entre o VNR e o custo histórico contábil. Esses ativos estão classificados como disponível para venda, cujos efeitos estão detalhados na nota explicativa nº 15.

- h. Investimentos - estão contabilizados ao custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável;
- i. Intangível - contrato de concessão: representa a infraestrutura operada pela Companhia na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A amortização está baseada no padrão de consumo dos benefícios esperado durante o prazo da concessão;
- j. Juros e encargos financeiros - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação;
- k. Redução a valor recuperável - a Companhia avalia os ativos do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os impostos a recuperar e os

créditos tributários têm a recuperabilidade testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir: (i) o atraso ou não-pagamento por parte do devedor; (ii) a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições que não as mesmas consideradas em outras transações da mesma natureza; (iii) indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; e (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e os juros dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado e refletidos em conta de provisão, tendo como contra partida, recebíveis quando perdas e reversão de desconto, quando juros. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As alterações nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável, atribuíveis ao método dos juros efetivo, são reconhecidos no resultado financeiro.

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável além das provisões já efetuadas.

- l. Empréstimos, financiamentos e debêntures - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva;
- m. Derivativos - os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 33;
- n. Imposto de renda e contribuição social - a despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferidos. O imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. Na apuração do imposto de renda e da contribuição social a partir do exercício de 2008 a Companhia optou por adotar o Regime Transitório de Tributação (RTT). O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Medida Provisória n.º 627/2013 que foi convertida na Lei 12.973/2014 trouxe alterações relevantes para as regras tributárias federais, dentre as quais destacam-se as seguintes: (i) revogação do Regime Tributário de Transição ("RTT"); (ii) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do IRPJ e CSLL; (iii) definição de que a alteração ou a adoção de novos métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, posteriores à publicação desta MP, não terão implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iv) inclusão de tratamento específico sobre a tributação de lucros ou dividendos; (v) inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (vi) novas considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A referida Lei produzirá efeitos a partir de 2014, para as empresas que optaram até 07 de novembro de 2014, de acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.499 de 16/10/2014. Para as empresa que não optaram, a aplicação das normas estará obrigada a partir de janeiro de 2015. A Companhia avaliou os impactos da lei e fará a adoção ao novo regime a partir do exercício de 2015.

- o. Incentivos fiscais SUDAM - como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos são reconhecidos no resultado do exercício e destinados à reserva de lucros específica, na qual são mantidos até sua capitalização;
- p. Provisões - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;

- q. Ajuste a valor presente - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações;
- r. Dividendos - Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere as demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até a sua efetiva aprovação;
- s. Resultado - as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A Companhia contabiliza receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. A Companhia terceiriza suas obras e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos e, portanto, atribui para essa atividade margem zero;
- t. Benefícios a empregados - benefício definido - A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano;
- u. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante) - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;
- v. Demonstração do valor adicionado - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.3. Reclassificações

Para melhor comparabilidade com a classificação adotada no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram feitas reclassificações nos saldos finais de 31 de dezembro de 2013 em relação aos originalmente publicados nas notas de tributos diferidos, cauções e depósitos vinculados, empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil conforme segue:

Balanco Patrimonial	2013		
	(Publicado)	(Ajustes)	(Reapresentado)
Ativo			
Ativo Circulante	690.782	-	690.782
Ativo Não Circulante			
Realizável a longo Prazo			
Tributos Diferidos	126.212	(102.883)	23.329
Cauções e depósitos vinculados	-	41.259	41.259
Outros Realizável a Longo Prazo	1.086.229	-	1.086.229
Investimento	6.397	-	6.397
Intangível	1.765.853	-	1.765.853
Total do Ativo Não Circulante	2.984.691	(61.624)	2.923.067
Total do Ativo	3.675.473	(61.624)	3.613.849
Passivo			
Passivo Circulante	1.616.297		1.616.297
Passivo Não Circulante			
Tributos Diferidos	102.883	(102.883)	-
Empréstimos e Financiamentos	473.827	34.096	507.923
Financiamento por arrendamento financeiro	24.512	7.163	31.675
Outros Passivos Não Circulante	641.009	-	641.009
Total do Passivo Não Circulante	1.242.231	(61.624)	1.180.607
Patrimônio Líquido	816.945	-	816.945
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	3.675.473	(61.624)	3.613.849

4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações contábeis individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 141 municípios do Estado do Mato Grosso, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

a) Caixa e equivalente de caixa

Instituição financeira	Tipo	Vencimento (1)	Remuneração	2014	2013
BRABESCO	CDB Autom	-	20% do CDI	-	753
CEF	CDB	30/12/2016 a 22/08/2019	100,5% do CDI	22.846	38.149
CEF	Debêntures	30/12/2016 a 29/12/2017	101,5% do CDI	17.892	-
ITAU	CDB Autom	31/12/2015	20% do CDI	2.700	5.502
MODAL	CCB	29/04/2016	IPCA+2%	37.484	-
SAFRA	CDB Autom	-	10% do CDI	-	1.974
SANTANDER	Debêntures	-	103,20% do CDI	-	33.586
BASA	Capitalização	-	TR	-	1.060
BASA	CDB	07/04/2016	100% CDI	-	5.311
BRASIL	CDB	23/09/2015 a 08/11/2017	95 a 97,5% do CDI	-	700
BVA	CDB	05/11/2013	70% do CDI	-	17
				80.922	87.052
Caixas e depósitos bancários				49.718	40.974
				49.718	40.974
Total caixa e equivalente de caixa				130.640	128.026

b) Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Remuneração	2014	2013
BRASIL (2)	CDB	23/09/2015 a 08/11/2017	95 a 97,5% do CDI	1.313	-
SANTANDER	CDB	30/12/2016	102,10% do CDI	8	-
CEF - LPT	CDB	22/08/2019 a 04/09/2019	100,5% do CDI	16.936	-
BRABESCO	Fundo Invest Brad DI Premium	30/12/2015 A 25/02/2016	Benchmark CDI	31.927	-
ITAU	CDB	22/01/2015	90% do CDI	1	-
ITAU - FDIC	Fundo Invest Dir Cred	29/12/2020	100% do CDI	23.150	-
Caixa FI Energisa (3)	LFT	01/03/2018	SELIC	1.340	-
Caixa FI Energisa (3)	NTNB	15/05/2045	IPCA	2.530	-
Caixa FI Energisa (3)	DEBÊNTURES	15/04/2016	122,11% do CDI	1.894	-
Caixa FI Energisa (3)	DPGE	22/06/2015 a 18/04/2016	109,0% a 113,0% do CDI e IPCA+5,7%	19.890	-
Caixa FI Energisa (3)	LF	27/04/2015 a 25/04/2016	106,0% a 109,0% do CDI	19.711	-
Caixa FI Energisa (3)	LTN	01/07/2018	Título Público	1.868	-
FIM Zona da Mata (3)	CDB	28/01/2015 a 31/07/2019	100,5% a 115,0 do CDI	46.645	-
FIM Zona da Mata (3)	DEBÊNTURES	15/07/2019	IPCA + 9,23%	9.863	-
FIM Zona da Mata (3)	Compromissada	24/12/2014 a 17/06/2016	100,5% a 103,2% do CDI	116.496	-
FIM Zona da Mata (3)	DPGE	10/07/2015 a 21/12/2015	107,5% a 113% do CDI	34.296	-
FIM Zona da Mata (3)	LF	04/05/2015 a 24/05/2021	105,5% a 114,0% do CDI	47.506	-
FIM Zona da Mata (3)	CCB	24/02/2017	CDI + 6,1677%	19.743	-
FIM Zona da Mata (3)	Nota Promissória	26/01/2015	CDI + 2,25%	37.361	-
FIM Zona da Mata (3)	Fundos de Renda Fixa	-	Benchmark CDI	83.638	-
FIM Zona da Mata (3)	LFT	07/09/2015 a 01/03/2020	SELIC	18.500	-
FIM Zona da Mata (3)	NTN	15/08/2016 e 01/07/2017	IPCA e IGPM	1.874	-
FIM Zona da Mata (3)	Fundos de Crédito	-	Fundos de Crédito	14.472	-
				550.962	-
Total aplicações no mercado aberto e recursos vinculados				550.962	-
Total Caixa e equivalentes de caixa e aplicações no mercado aberto e recursos vinculados				681.602	128.026

(1) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações financeiras são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.

- (2) Inclui R\$1.313 referente recursos vinculados a leilões de energia.
- (3) Fundos de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, CCB, Debêntures, Depósito a prazo - DPGE, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, NTN-B e Fundos de crédito.

6. Consumidores e concessionárias

Classes de consumidores	Saldos Vincendos (1)	Vencidos					2014	2013
		Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	há mais de 360 dias		
Residencial	52.662	38.580	6.371	2.422	2.936	7.317	110.288	110.213
Industrial	29.746	9.236	1.047	733	883	9.880	51.525	47.530
Comercial	40.996	15.239	2.261	1.857	1.574	6.972	68.899	64.540
Rural	22.240	4.322	1.186	431	347	1.037	29.563	23.327
Poder público:								
Federal	2.773	1.818	366	-	39	75	5.071	2.012
Estadual	5.715	1.680	72	3	2	-	7.472	1.090
Municipal	5.843	1.293	454	184	45	9.095	16.914	13.572
Iluminação pública	1.353	77	135	1	3	9.969	11.538	10.368
Serviço público	6.544	1.297	1.649	2.318	3.897	75.901	91.606	79.824
Parcelamento energia (faturas novadas)	37.022	3.208	2.710	1.702	20.595	74.501	139.738	140.627
(-) Ajuste a valor presente (2)	(899)	-	-	-	-	-	(899)	(1.181)
Subtotal - consumidores	203.995	76.750	16.251	9.651	30.321	194.747	531.715	491.922
Concessionárias (3)	39.968	-	-	-	-	-	39.968	11.868
Fornecimento não faturado	110.680	-	-	-	-	-	110.680	95.482
Redução de uso do sistema de distribuição (4)	12.201	-	-	-	-	-	12.201	12.201
Outros	30.722	2.193	557	313	6.280	-	40.065	43.987
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(11.917)	(674)	(7.308)	(6.526)	(29.438)	(181.260)	(237.123)	(175.895)
Total	385.649	78.269	9.500	3.438	7.163	13.487	497.506	479.565
Circulante							440.277	413.324
Não circulante							57.229	66.241

- (1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.
- (2) Ajuste a Valor Presente: Refere-se ao valor de ajuste para os contratos renegociados sem a inclusão de juros e para aqueles renegociados com taxa de juros abaixo do WACC do setor (antes dos tributos). Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 11,36% a.a. (conforme Resolução Homologatória n.º 1.704 de 07 de abril de 2014), que a ANEEL considera como a taxa de retorno adequada para os serviços de distribuição de energia, cuja metodologia está definida na Resolução Normativa ANEEL n.º 457 de 08 de novembro de 2011. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital.
- (3) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O saldo da conta de consumidores e concessionárias em 31 de dezembro de 2014, refere-se ao registro dos valores da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$39.968 (R\$10.396 em 2013), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2014. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica “fornecedores” no passivo circulante em 2013 é de R\$6.971, referente a aquisição de energia elétrica e aos encargos de serviços do sistema é de R\$4.629, conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	2014	2013
Créditos vincendos	39.968	7.434
Créditos vencidos	-	2.962
	39.968	10.396
(-) Aquisições de energia na CCEE	-	(6.971)
(-) Encargos de serviços do sistema	-	(4.629)
	39.968	(1.204)

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

- (4) Redução de uso do sistema de distribuição: Por meio da Resolução homologatória ANEEL n° 1.270 de 03 de abril de 2012, foi concedido para Companhia valores provenientes de perda financeira dos descontos concedidos na TUSD. Os valores objetivam recompor a receita da Companhia referente à disponibilização da rede de transmissão aos consumidores livres, geradoras e fontes incentivadas. Para o saldo remanescente de R\$12.201, suspenso por liminares, tem-se o mesmo valor em contrapartida no passivo não circulante (nota explicativa n° 25).

7. Títulos de créditos a receber

	2014	2013
Processo execução de precatórios P M de Cuiabá (1)	50.258	50.258
Outros títulos a receber	10.884	9.259
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	(35.524)	-
	25.618	59.517
Circulante	9.259	9.259
Não circulante	16.359	50.258

(*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo não circulante

- (1) Ação de Execução (processo n° 383/2001 - 3ª Vara de Fazenda Pública - Cuiabá) ajuizada em desfavor do Município de Cuiabá, que deu origem ao Precatório Requisitório n° 13.699/2004/TJMT. Atualmente o processo está no 15º (26º em dez/2013) lugar na listagem de precatórios pendentes de pagamento por parte da Fazenda Pública Municipal de Cuiabá, sendo que os 11 precatórios precedentes já se encontram integralmente provisionados (informação não auditada pelos auditores independentes). Em 31.12.2014 foi constituída a provisão de perda da atualização reconhecida, assim o título ficou registrado pelo seu valor original.

Em 31 de dezembro de 2014, os títulos de créditos têm seus vencimentos assim programados:

	2014
2015	9.259
2016	2.955
2017	3.023
2018	3.084
2019 em diante	7.297
Total	25.618

8. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Movimentação das provisões	2014	2013
Saldo - inicial circulante - 2013 e 2012	175.895	71.369
Complemento da provisão	95.936	113.858
Recuperação de perdas	3.162	1.247
Perdas no exercício	(37.870)	(10.579)
Saldo - final - circulante - 2014 e 2013	237.123	175.895
Consumidores e concessionárias e CCEE	237.123	175.895

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL a seguir resumidos:

- Clientes com débitos relevantes.
- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.
- Para os demais casos:
 - ✓ Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
 - ✓ Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
 - ✓ Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais de 360 dias;
 - ✓ Títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão dos valores vencidos e vincendos;
 - ✓ Parcelamento energia - faturas novadas com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão dos valores vencidos e vincendos.

Após análise criteriosa efetuada pela Administração da Companhia, foram excluídas contas vencidas, cuja perda não é considerada como incorrida.

O valor de recebíveis vencidos e a vencer (considerando a regra acima) e não provisionados em 31 de dezembro de 2014 é de R\$13.487 (R\$65.321 em 2013), e refere-se ao valor de título precatório da Prefeitura Municipal de Cuiabá (processo nº 383/2001 - 3ª Vara de Fazenda Pública - Cuiabá).

A Companhia possui um grupo de profissionais com o propósito de avaliar a qualidade e a possibilidade de recuperação dos créditos em atraso referente ao fornecimento de energia elétrica para os diversos segmentos.

9. Revisão e reajuste tarifário periódico

Reajuste tarifário:

Pela execução dos serviços públicos de energia elétrica, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores, as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

Através da Resolução Homologatória n.º 1.704 de 07 de abril de 2014 e Notas Técnicas n.º 104 de 03 de abril de 2014 e n.º 114 de 07 de abril de 2014, foram reajustadas as tarifas da base econômica da Companhia em 16,62%, sendo 11,46% referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 5,16% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores, a partir de 08 de abril de 2014, foi de 11,89%, sendo de 13,42% em média para os consumidores conectados em Alta Tensão (AT) e de 11,16% em média para aqueles conectados em Baixa Tensão (BT).

As tarifas que contemplam o reajuste tarifário anual econômico e os componentes financeiros pertinentes entraram em vigor no período de 08 de abril de 2014 a 07 de abril de 2015.

Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 5 anos sendo a próxima revisão em abril de 2018. Neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.506 de 05 de abril de 2013, aprovou o resultado da terceira revisão tarifária da Companhia em vigor desde 08 de abril de 2013. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores, a partir de 08 de abril de 2013, foi um aumento de 0,95%.

10. Tributos a recuperar

	2014	2013
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (1)	40.134	46.205
Imposto de Renda - IRPJ (2)	12.987	17.324
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL (2)	1.963	3.591
Contribuição do PIS e COFINS	11.292	117
Outros	456	384
	66.832	67.621
Circulante	23.578	27.572
Não circulante	43.254	40.049

- (1) O ICMS a compensar apurado na aquisição de bens do ativo intangível será recuperado em até 48 (quarenta e oito) meses. Está incluso nesta rubrica uma carta de crédito no montante de R\$19.924 adquirido junto ao estado de Mato Grosso. Essa carta de crédito foi apresentada como garantia na habilitação para usufruir dos benefícios fiscais instituídos pela Lei 9.165/2009, cuja prestação de contas ocorreu em 07 de novembro de 2014 e aguarda homologação da SEFAZ-MT. Após a homologação, os créditos serão compensados com ICMS corrente;
- (2) Saldos negativos de imposto de renda e contribuição social apurados no ano calendário de 2014 e anos-calendários anteriores, decorrentes de estimativas pagas à maior e parceladas, que serão utilizados para compensação de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil - RFB após a homologação do parcelamento extraordinário.

11. Ativos e passivos regulatórios

A conta de compensação dos valores da parcela A - CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros itens financeiros. No termo aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, conforme demonstrado a seguir:

Ativos regulatórios	2014	2013
Parcela A (1)		
Energia elétrica comprada para revenda	131.846	-
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	37.668	-
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	3.681	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	1.253	-
Conta Consumo de Combustível - CCC	1.078	-
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu Binacional	233	-
Componentes financeiros		
Sobrecontratação de energia - energia excedente (2)	13.434	-
Itens financeiros	361	-
Outros	823	-
	190.377	-
Circulante	38.409	-
Não circulante	151.968	-

Passivos regulatórios	2014	2013
Parcela A		
Encargo de serviços de sistema - ESS (3)	78.247	-
Componentes financeiros		
Sobrecontratação - conta ACR (4)	48.943	-
Sobrecontratação de energia - energia excedente (2)	20.170	-
Neutralidade (5)	14.704	-
Outros	2.664	-
Total	164.728	-
Circulante	11.684	-
Não circulante	153.044	-

Saldo líquido dos ativos e passivos regulatórios	25.649	-
---	---------------	---

Efeito na demonstração do resultado	2014
Receita operacional	26.662
Outras despesas financeiras	(1.013)
Total - resultado	25.649

- (1) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA: A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC;
- (2) Repasse de sobrecontratação de energia (energia excedente): O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007. As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 3% do requisito de carga.
- (3) Encargo de Serviço do Sistema - ESS: representa um encargo destinado a cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários do Sistema Interligado Nacional - SIN;

- (4) Sobrecontratação: a legislação que rege são os Decretos nº 5.163 de 30/07/2004 alterado pelo Decreto nº 7.945 de 07 de março de 2013, que determinou que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação a carga anual de fornecimento. As distribuidoras são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos homologados pela ANEEL;
- (5) Neutralidade : refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.

12. Outros créditos

	2014	2013
Eletrobrás Subvenção Baixa Renda (1)	6.543	5.831
Eletrobrás Subvenção CDE - Desconto Tarifário (2)	90.092	7.542
Banco Daycoval (3)	102.985	102.985
(-) Provisão para perdas (3)	(102.985)	(102.985)
Outros créditos a Receber - CELPA - em "Recuperação Judicial" (4)	21.547	21.547
(-) Ajuste a Valor presente - CELPA (4)	(8.356)	(9.753)
ICMS - Aquisição de crédito terceiros (5)	11.246	11.136
Aquisição de combustível para conta CCC	12.663	9.448
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	25.617	21.584
Ordens de serviço em curso - Outros	4.276	6.321
Sub-rogação CCC (6)	42.857	53.886
Adiantamentos a fornecedores	7.025	3.476
Créditos a receber de terc-alienação de bens e direitos	8.099	6.636
Desativações em curso	152	6.828
Bloqueio Judicial	658	3.754
Outros	743	6.799
Total	223.162	155.035
Circulante	169.371	101.570
Não circulante	53.791	53.465

- (1) **Subvenção à Baixa Renda - Tarifa Social:** O Governo Federal, por meio da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda, o que causou uma redução na receita operacional da Companhia que foi compensada por meio do Decreto Presidencial nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, em que foram definidas as fontes para concessão e subvenção econômica com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda. Conforme disposição da Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, para o consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh o desconto será de 65%, entre 31 kWh e 100 kWh o desconto será de 40% e entre 101 kWh e 220 kWh o desconto será de 10%.

Segue abaixo a movimentação no exercício:

	2014	2013
Saldo - inicial circulante - 2013 e 2012	5.831	7.454
Subvenção Baixa Renda	37.855	30.899
Ressarcimento pela Eletrobrás	(37.143)	(32.522)
(1) Saldo - final - circulante - 2014 e 2013	6.543	5.831

- (2) **Subvenção CDE:** A Resolução Homologatória 1.421 da ANEEL, de 24 de janeiro de 2013, entre outras providências homologa valor mensal a ser repassado pela Eletrobrás à Companhia, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica.

Segue abaixo a movimentação histórica dos descontos concedidos:

	2014	2013
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	299.196	142.159
Ressarcimento pela Eletrobrás	(209.104)	(134.617)
(2) Saldo - final - circulante - 2014	90.092	7.542
Total Subvenções Eletrobrás (1) + (2)	96.635	13.373

- (3) Refere-se à transferência de valor efetuado pelo Banco Daycoval S.A. para a conta corrente da acionista Rede Energia S.A. - “em Recuperação Judicial”, em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas desta acionista por antecipação, conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração da Companhia considera essa transferência indevida e ajuizou medida judicial para a recuperação desse valor, que, atualmente, tramita perante o Juízo da Segunda Vara Especializada em Direito Bancário de Cuiabá (Proc. 24768-64.2012.811.0041 - Numeração antiga 1461/2012 - Código 771688). A ação foi julgada improcedente em 13 de dezembro de 2013, contra o que a Companhia apresentou recurso de apelação, em 04 de fevereiro de 2014. Os autos foram distribuídos ao Desembargador Relator, com o qual se encontram desde 04 de junho de 2014. A Companhia, por meio de seus assessores jurídicos, está acompanhando o andamento do processo.
- (4) Crédito a receber da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA - em “Recuperação Judicial”, oriundo de transações entre partes relacionadas. Os créditos intra-grupo foram parcialmente assumidos pela Rede Power do Brasil S.A., até onde se compensavam, que quitou perante às Partes Relacionadas a parcela do crédito assumido. Do saldo total de R\$68.813 que a Companhia tem direito, cerca de 69% (R\$47.266) foram assumidas pela Rede Power do Brasil S.A. e o restante será pago em parcelas semestrais a partir do último dia do mês de setembro de 2019, com conclusão em setembro de 2034. A Companhia mantém ajuste a valor presente a receber no valor de R\$8.356.
- (5) Créditos de ICMS adquiridos de gerador de energia elétrica, titular de Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCH's), localizadas no Estado de Mato Grosso. Referidos créditos foram habilitados e registrados pela Companhia no sítio da Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso, por meio de Pedido de Habilitação de Crédito, conforme procedimento disposto pela Secretaria. Posteriormente à habilitação e registro dos créditos, o Fisco Estadual notificou o gerador, e solidariamente a Companhia, questionando a validade do procedimento de habilitação dos créditos. Diante da notificação, a Companhia suspendeu o aproveitamento dos créditos até julgamento final dos recursos interpostos pelo gerador. O Ativo está vinculado a uma obrigação com o gerador que será exigida após a efetiva compensação dos créditos, desde que possível.
- (6) Sub-rogação CCC: Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 81, de 09 de março de 2004, a Companhia foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais. Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:
- Sistema de Transmissão Juruena, com projeto e subsídio aprovado no montante de R\$40.310, acrescido de ajuste de R\$3.549, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.371 de 20 de maio de 2008. Foi recebido em 2011 o montante de R\$6.558, R\$ 10.649 em 2012, R\$6.765 em 2013 e R\$8.069 em 2014, totalizando R\$32.041;
 - Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro, energizado em 31 de outubro de 2013, com projeto e subsídio aprovado no montante de R\$32.254, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.877 de 07 de abril de 2009. Foi recebido R\$1.215 em 2014.

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, para aplicação nas publicações do exercício de 2009, trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio recebido pela concessionária, oriundo do fundo da CCC em virtude de obras que visam à desativação de usinas térmicas e consequente redução de óleo diesel no processo de geração de energia em nosso país.

O mencionado despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas “223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica”. Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento que já foram aprovados pelo órgão regulador.

A Companhia tem registrado os valores referentes a esse subsídio da seguinte forma:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	Recebido	A receber	
					2014	2013
Sistema de Transmissão Juruena	em serviço	52.135	43.859	32.041	11.818	16.339
Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro	em serviço	45.166	32.254	1.215	31.039	37.547
Total		97.301	76.113	33.256	42.857	53.886
Circulante (Principal)					12.386	24.140
Circulante (Variação IGP-M)					1.118	-
Total do Circulante					13.504	24.140
Não Circulante (Principal)					26.922	24.453
Não Circulante (Variação IGP-M)					2.431	5.293
Total do Não circulante					29.353	29.746

13. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela REDE ENERGIA S/A, (57,7% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Empresa Energética do Mato Grosso do Sul (Enersul), Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins (Celtins), Caiuá Distribuição de Energia S/A (Caiuá), Companhia Força e Luz do Oeste (CFLO), Companhia Nacional de Energia Elétrica (CNEE), Empresa de Distribuição de Energia Elétrica do Vale Paranapanema S/A (EDEV), Empresa Elétrica Bragantina S/A (EEB), Rede Eletricidade e Serviços S/A (REDESERV), Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER), Companhia Técnica e Comercialização de Energia S/A (REDECOM), Tangará Energia S/A, Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S/A, Companhia Geral e QMRA Participações S/A.

A Rede Energia é controlada pela Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A (EEVP) (68,27%) do capital total, que por sua vez é controlada pela Denerge (99,99%). A partir de 11 de abril de 2014, a Denerge é controlada pela Energisa (49,28%), BBPM (39,89%) e JQMJ (10,81%). A BBPM passou a ser controlada pela Energisa (89,57%), que por sua vez também controla a JQMJ (99,95%).

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

Relacionamento		Exercício findo em:	
		2014	2013
Transações de mútuos:			
Receitas financeiras		5.459	10.063
Receita de uso da rede elétrica (1):			
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL	Grupo Econômico	1.670	1.859
Custo na compra de energia elétrica (1):			
Tangará Energia S.A.	Grupo Econômico	(99.903)	(94.316)
Custo de prestação de serviços:			
Rede Eletricidade e Serviços S.A.	Grupo Econômico	-	(1.326)
Energisa Soluções S.A.	Grupo Econômico	2.480	-

Relacionamento		Exercício findo em:	
		2014	2013
SALDOS ATIVOS			
Não circulante			
Valores a recuperar:			
Rede Energia S.A. - em "Recuperação Judicial"	Controladora	-	1.124
Total Controladora		-	1.124
Empresa Distrib. Energia Vale Paranapanema S.A. (EDEVP)	Grupo Econômico	-	60
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	Grupo Econômico	-	11
Empresa Elétrica Bragantina S.A. (EEB)	Grupo Econômico	-	12
Total		-	83
Conta corrente (2):			
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	Grupo Econômico	-	8.514
Empresa Elétrica Bragantina S.A. (EEB)	Grupo Econômico	-	10.040
Total		-	18.554
Alienações de bens e direitos (3):			
Rede Power do Brasil S.A.	Grupo Econômico	-	115.012
Total		-	115.012
Total Grupo Econômico		-	133.649
Total Não Circulante		-	134.773

Conforme disposto no artigo 2º da resolução autorizativa da Aneel n.º 4.463/2013, a Energisa tinha que comprovar, em até 60 (sessenta) dias após a transferência do controle societário, o aporte dos recursos previstos no plano aprovado para recuperação e correção das falhas e transgressões que ensejaram a intervenção. O aporte incluiu a quitação dos mútuos entre todas as empresas do Grupo Rede Energia.

Em 11 de junho de 2014, a Energisa efetuou os referidos aportes para a quitação dos mútuos.

Relacionamento		2014	2013
SALDOS ATIVOS			
Circulante			
Consumidores e concessionárias:			
EMS S.A.	Grupo Econômico	36	-
Total		36	-

Relacionamento		2014	2013
SALDOS PASSIVOS			
Circulante			
Fornecedores (1):			
Energisa Soluções S.A.	Grupo Econômico	358	-
Tangará Energia S.A.	Grupo Econômico	9.468	7.908
Total 1		9.826	7.908
Juros sobre capital próprio:			
Rede Energia S.A. - em "Recuperação Judicial"	Controladora	-	7.614
Total 2		-	7.614
Total 1+2		9.826	15.522

(1) Contratos relacionados ao setor elétrico

No curso normal dos negócios, a Companhia compra e vende energia nos termos de CCVE - Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica e CCEAR - Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado, CCD - Contratos de Conexão ao Sistema de Distribuição e CUSD- Contratos de Uso do Sistema de Distribuição.

(2) Conta corrente

• Contrato Multilateral de Mútuo entre as Distribuidoras

A remuneração sobre o saldo devedor é calculada com base em 100% do CDI com prazo de 36 (trinta e seis) meses vencendo em 31 de agosto de 2011, nos termos de contratos de mútuo na modalidade de conta corrente, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Em 19 de agosto de 2011 foi encaminhado à ANEEL o 5º aditivo do referido contrato, solicitando a prorrogação do prazo de vigência por mais 24 (vinte e quatro) meses com término em 31 de agosto de 2013. Os contratos foram integralmente liquidados após a transferência do controle acionário para o Grupo Energisa.

(3) Alienação de bens e direitos

Corresponde ao valor a receber da Rede Power do Brasil S.A. relativo à alienação das participações societárias na Rede Lajeado Energia S.A. e Juruena Energia S.A., de acordo com Instrumento Particular de Venda e Compra de Ações no valor total de R\$37.414.

Além do contrato acima, a Rede Power do Brasil S.A. assumiu o valor de R\$47.266 referente ao contrato de conta corrente da CELPA - em "Recuperação Judicial" com a Companhia (nota explicativa nº 11(4)). O saldo devedor da Rede Power foi integralmente quitado após a transferência do controle acionário para o Grupo Energisa.

O saldo devedor da CELPA - em "Recuperação Judicial" foi amortizado com o recebível que a distribuidora paraense tinha com a Rede Power pela venda de ações da Rede Lajeado S.A e a Eletronorte - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.. Esse direito a receber foi transferido para a Companhia.

Remuneração dos Administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$288 (R\$230 em 2013) e da Diretoria foi de R\$3.871 (R\$1.790 em 2013). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios da previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no exercício de R\$38 (R\$52 em 2013).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes foram de R\$41 e R\$2, respectivamente. A remuneração média no exercício de 2014 foi de R\$9.

Até a data de 14 de abril de 2014 essa rubrica era constituída pela remuneração do Interventor, conforme valor definido na Resolução ANEEL nº 3.647/2012, dos diretores por ele nomeados e do Conselho Fiscal.

Na AGE de 14 de abril de 2014, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2014 no montante de R\$6.928.

14. Créditos tributários e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Composição das despesas com impostos

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços. Os impostos e contribuições sociais diferidos relativos às diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados em contas patrimoniais. Demonstramos a seguir a composição da base de cálculo e dos saldos desses impostos:

	2014		2013	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Composição da receita (despesa) com impostos:				
Impostos correntes	46.287	12.223	-	-
Impostos diferidos - variação líquida	(134.710)	(64.395)	(28.878)	9.943
	(88.423)	(52.172)	(28.878)	9.943

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

	2014		2013 reapresentado	
	base de cálculo	IRPJ + CSSL	base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo				
Prejuízos fiscais	-	-	229.463	57.366
Base negativa da CSLL	169.269	15.234	455.965	41.037
Provisões para riscos	208.975	71.051	168.630	57.334
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	386.587	131.439	283.544	96.405
Outras provisões (PEE; P&D; honorários e outras)	105.330	35.812	20.875	7.098
Outras adições (exclusões) temporárias	47.003	15.981	43.626	14.833
Créditos Tributários não reconhecidos - Instrução 371 CVM	-	-	(434.885)	(147.862)
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR do contas a receber da concessão e atualizações	(118.394)	(40.254)	(49.454)	(16.814)
Encargos sobre reserva de reavaliação	(227.915)	(77.491)	(253.141)	(86.068)
Totais - ativo não circulante	570.855	151.772	464.623	23.329

Conforme divulgado na nota explicativa n.º 22 a companhia aderiu ao parcelamento de acordo com a Lei 13.043/2014, que permitiu liquidar todo o saldo dos parcelamentos com a utilização de prejuízos fiscais

e/ou base negativa de contribuição social, no valor de R\$ 68.762 (referente a créditos fiscais próprios não constituídos) e que não transitaram pelo resultado do período, assim como a movimentação do IRPJ e CSLL diferidos referentes ao Passivo Atuarial constituído conforme deliberação CVM n.º 695/2012 no valor de R\$ 1.900.

Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Reconciliação para taxa efetiva	2014		2013	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(35.821)	(35.821)	(401.646)	(401.646)
Adições (exclusões) permanentes				
Despesas dedutíveis	28.838	27.451	(28.431)	(28.431)
Multas dedutíveis	931	-	516	-
Doações	1.516	1.516	118	118
Outras	496	184	-	-
Subtotal	31.781	29.151	(27.797)	(28.313)
Base de cálculo dos impostos	(4.040)	(6.670)	(429.443)	(429.959)
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Saldo apurado	1.010	599	107.361	38.696
Créditos sobre incentivos fiscais (PAT/doações dedutíveis)	2.637	-	-	-
Créditos Não Constituídos - IN CVM 371/2002	84.776	51.573	(78.483)	(48.639)
Receita (despesa) com impostos	88.423	52.172	28.878	(9.943)
Taxa efetiva	171,26%	101,05%	7,19%	-2,48%

A Companhia possui redução do imposto de renda e adicionais. Em dezembro de 2014 obteve aprovação do Ministério da Integração Nacional do seu pedido de benefício fiscal de 75% para o período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2023 e o deferimento de seu pedido junto a Receita Federal - Despacho Decisório nº 325/2015 - DRF/CBA de 02 de fevereiro de 2015 e consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração.

Os saldos de prejuízo fiscal e base negativa apresentam diferença em função da utilização do saldo para abatimento nos encargos de IRPJ consolidados no parcelamento da lei 11.941/2009.

Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/2002, a Companhia estima recuperar o crédito tributário até o ano de 2024 conforme demonstrado abaixo:

Período	Realização dos Créditos
2015	26.618
2016	28.321
2017	26.447
2018	22.089
2019	22.089
2020	22.089
2021 a 2024	81.610
Total	229.263

Lei n.º 12.973/2014 (MP 627/2013)

A Medida Provisória n.º 627/2013 que foi convertida na Lei 12.973/2014 trouxe alterações relevantes para as regras tributárias federais, dentre as quais destacam-se as seguintes: (i) revogação do Regime Tributário de Transição ("RTT"); (ii) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do IRPJ e CSLL; (iii) definição de que a alteração ou a adoção de novos métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, posteriores à publicação desta MP, não terão implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iv) inclusão de tratamento específico sobre a tributação de lucros ou dividendos; (v) inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (vi) novas considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As providências da lei entrarão em vigor a partir de 2015, entretanto permite que o contribuinte opte pela antecipação dos efeitos para 2014. A Companhia fará a adoção ao novo regime a partir de 2015.

15. Contas a receber da concessão

A Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR - Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

Em abril de 2013, a Companhia concluiu o 3º Ciclo de revisão tarifária periódica (3CRTP), e o valor estimado de indenização foi ajustado com base no laudo utilizado para determinação da base de remuneração regulatória até 2018.

Esse direito está classificado como disponíveis para venda no grupo de ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo dessa rubrica monta:

Movimentação	2014	2013
Ativo financeiro custo corrigido - 2013 e 2012	737.080	801.165
Adições no exercício (*)	123.628	(54.734)
Baixas no exercício	(6.198)	(37.953)
Subtotal	854.510	708.478
Atualização contas a receber da concessão - VNR	24.358	28.602
Ativo financeiro custo corrigido -2014 e 2013	878.868	737.080

(*) Transferência do intangível para o grupo de contas a receber da concessão.

16. Investimentos

A Companhia mantém ativos não inclusos na base de remuneração tarifária, destinados à locação conforme abaixo:

Movimentação	2014	2013
Investimentos - 2013 e 2012	3.100	6.650
Depreciação acumulada	(250)	(253)
Investimentos - 2014 e 2013	2.850	6.397
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.327	4.152
Terrenos	1.384	1.385
Outros investimentos	139	860
	2.850	6.397

17. Imobilizado e Intangível

	2014	2013
Imobilizado	13.780	19.269
Intangível - contrato de concessão	1.650.965	1.746.584
Total	1.664.745	1.765.853

Intangível - contrato de concessão

Referem-se à parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

A mutação dos bens da concessão, é como segue:

	Saldo 31/12/2013	Adições(*)	Baixas (**)	Amortização	Transferências	Saldo 31/12/2014
Custo:						
Em serviço:						
Geração	9.423	-	(381)	-	-	9.042
Distribuição	3.182.328	-	(47.203)	-	183.554	3.318.679
Comercialização	5.075	-	-	-	4	5.079
Administração	77.720	-	(4.794)	-	11.107	84.033
Não vinculadas a concessão	-	-	-	-	-	-
Subtotal em serviço	3.274.546	-	(52.378)	-	194.665	3.416.833
(-) Amortização						
Geração	(5.107)	-	292	(416)	-	(5.231)
Distribuição	(1.248.628)	-	32.632	(165.353)	-	(1.381.349)
Comercialização	(3.654)	-	-	(249)	-	(3.903)
Administração	(47.561)	-	4.214	(6.505)	-	(49.852)
Não vinculadas a concessão	-	-	-	-	-	-
Subtotal amortização	(1.304.950)	-	37.138	(172.523)	-	(1.440.335)
Em Curso:						
Geração	45	349	-	-	-	394
Distribuição	507.098	237.576	(137.725)	-	(183.554)	423.395
Comercialização	-	5	(1)	-	(4)	-
Administração	5.075	11.287	(411)	-	(11.107)	4.844
Subtotal em curso	512.218	249.217	(138.137)	-	(194.665)	428.633
Total do intangível	2.481.814	249.217	(153.377)	(172.523)	-	2.405.131
(-) Obrigações vinc. à concessão						
Em Serviço	(831.433)	(17.341)	-	-	(17.561)	(866.335)
Amortização	182.868	-	-	44.549	-	227.417
Em curso	(86.665)	(60.653)	14.509	-	17.561	(115.248)
Sutotal Obrigações Especiais	(735.230)	(77.994)	14.509	44.549	-	(754.166)
(+) Imobilizado						
Em Serviço	38.658	-	-	-	-	38.658
Amortização	(19.389)	-	-	(5.489)	-	(24.878)
Sutotal Obrigações Especiais	19.269	-	-	(5.489)	-	13.780
Total Geral	1.765.853	171.223	(138.868)	(133.463)	-	1.664.745

(*) As adições totalizaram no exercício R\$ 171.223, sendo R\$ 180.326 referente a adições de obras em curso e (R\$ 9.103) referente a movimentação de material em estoque.

(**) As baixas totalizaram no exercício R\$138.868, sendo transferido R\$123.628 transferido para o ativo financeiro (bifurcação) e R\$15.240 referente às baixas do exercício.

A diferença entre a depreciação calculada no intangível com a apurada nas despesas, refere-se a contabilização dos valores das obras a incorporar.

	Saldo 31/12/2012	Adições(*)	Baixas (**)	Amortização	Transferências	Saldo 31/12/2013
Custo:						
Em serviço:						
Geração	10.375	-	(976)	-	24	9.423
Distribuição	3.184.378	-	(117.559)	-	115.509	3.182.328
Comercialização	5.117	-	(42)	-	-	5.075
Administração	68.325	-	(3.886)	-	13.281	77.720
Não vinculadas à concessão	-	-	-	-	-	-
Subtotal em serviço	3.268.195	-	(122.463)	-	128.814	3.274.546
(-) Amortização						
Geração	(5.206)	-	559	(460)	-	(5.107)
Distribuição	(1.169.634)	-	74.094	(153.088)	-	(1.248.628)
Comercialização	(3.439)	-	42	(257)	-	(3.654)
Administração	(45.141)	-	2.309	(4.729)	-	(47.561)
Não vinculadas à concessão	-	-	-	-	-	-
Subtotal amortização	(1.223.420)	-	77.004	(158.534)	-	(1.304.950)
Em Curso:						
Geração	2.090	(2.017)	(4)	-	(24)	45
Distribuição	356.724	364.987	(99.104)	-	(115.509)	507.098
Comercialização	-	-	-	-	-	-
Administração	12.842	5.716	(202)	-	(13.281)	5.075
Subtotal em curso	371.656	368.686	(99.310)	-	(128.814)	512.218
Total do intangível	2.416.431	368.686	(144.769)	(158.534)	-	2.481.814
(-) Obrigações vinc. à concessão						
Em Serviço	(958.286)	52	-	-	126.801	(831.433)
Amortização	130.119	-	-	52.749	-	182.868
Em curso	(95.261)	(18.647)	154.044	-	(126.801)	(86.665)
Subtotal Obrigações Especiais	(923.428)	(18.595)	154.044	52.749	-	(735.230)
(+) Imobilizado						
Em Serviço	38.658	-	-	-	-	38.658
Amortização	(13.897)	-	-	(5.492)	-	(19.389)
Subtotal Obrigações Especiais	24.761	-	-	(5.492)	-	19.269
Total Geral	1.517.764	350.091	9.275	(111.277)	-	1.765.853

(*) As adições totalizaram no exercício R\$350.091, sendo R\$ 322.947 referente a adições de obras em curso e R\$ 27.144 referente a movimentação de material em estoque.

(**) As baixas totalizaram no exercício R\$9.275, sendo transferido R\$54.734 transferido para o ativo financeiro (bifurcação) e R\$45.459 referente às baixas do exercício.

Em 2013, as baixas apresentam valor positivo devido a bifurcação ocorrida em junho 2013 nas Obrigações Especiais, referente ajuste do laudo da base de remuneração do 3º ciclo de revisão tarifária.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização de energia elétrica, não podendo ser retirada, alienada, cedidas ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A taxa média ponderada de amortização utilizada foi de 3,95% (3,99% em 2013).

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão está reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	2014	2013
Contribuições do consumidor	219.857	214.305
Participação da União - recursos CDE	19.554	19.377
Participação do Governo do Estado	8.643	7.972
Participação dos Municípios	4.461	4.170
Doações e subv. destinadas a invest. do serv. concedido	481.063	466.784
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	441	437
Universalização do serviço público de energia elétrica	420.893	390.368
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	36.091	9.409
Outros	87.672	78.523
(-) Amortização acumulada	(227.417)	(182.868)
Total	1.051.258	1.008.477
Alocação:		
Contas a receber da concessão	297.092	273.247
Infraestrutura - Intangível em serviço	638.918	648.565
Infraestrutura - Intangível em curso	79.157	77.256
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	36.091	9.409
Total	1.051.258	1.008.477

As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

A Companhia passou a amortizar as obrigações especiais em abril de 2008. A partir da segunda revisão tarifária periódica, as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da REN n° 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3° ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações especiais. Anteriormente ao 3° ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. A Companhia passou pelo 3° ciclo de revisão tarifária em 08 de abril de 2013 e, a partir dessa data, o faturamento das ultrapassagens de demanda passou a ser contabilizado na rubrica Obrigações especiais.

Em 31 de dezembro de 2014, o montante contabilizado naquela rubrica é de R\$36.091 (R\$9.409 em 2013).

A ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

Reavaliação Espontânea

A Companhia procedeu em 2005 a uma nova avaliação dos bens reavaliados em 2001, como forma de dar continuidade à prática contábil estabelecida para os bens do imobilizado.

A reavaliação abrangeu as usinas hidrelétricas, usinas térmicas, linhas e redes de transmissão, linhas e redes de distribuição, subestações e equipamentos em geral.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de julho de 2005 aprovou a nomeação de empresas

especializadas e o respectivo Laudo de Avaliação apresentado pelas empresas, no qual constam os novos valores dos bens do imobilizado na data-base de 31 de maio de 2005, conforme detalhado a seguir:

	Laudo de avaliação	Valor residual	Incremento (redução)
Geração	183.051	112.947	70.104
Transmissão	1.795	2.677	(882)
Distribuição	1.208.244	815.424	392.820
Administração	43.444	37.265	6.179
Total	1.436.534	968.313	468.221
Impostos diferidos			(156.358)
Reavaliação anterior			150.728
Provisão de impostos sobre reserva de reavaliação de bens não depreciáveis			(3.494)
Realização da reserva de reavaliação líquida de impostos diferidos (depreciação/baixas/reversão)			(308.670)
Reserva de reavaliação própria registrada no patrimônio líquido em 31/12/2014			150.427

O efeito da realização da reavaliação no resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, oriundo das amortizações, baixas e alienações, foi de R\$16.649 (R\$56.799 em 2013), líquido dos efeitos tributários.

Teste de recuperabilidade econômica

Por ocasião do encerramento das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia procedeu ao teste de recuperabilidade econômica dos ativos intangível e financeiro dos contratos de concessão de acordo com o CPC 01 - R1 (Redução ao valor recuperável de ativos). O ativo intangível foi testado com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa para o período de vigência da concessão. O ativo financeiro, resultante da adoção do OCPC 05 - Contratos de Concessão, teve como principal parâmetro a base de remuneração da última revisão tarifária ajustada. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não ocorreu nenhum evento relevante que requeresse a revisão do referido teste. Para as projeções do modelo de fluxo de caixa, utilizou-se as seguintes principais premissas:

- Relação histórica entre o crescimento da energia vendida (MWh) e o da economia, dado pelo PIB;
- Para o cenário econômico futuro e variáveis macroeconômicas, utilizou-se estudos desenvolvidos por meio de modelos econométricos e outros dados de mercado disponíveis;
- Os fluxos de caixa foram trazidos a valor presente por meio de uma taxa média, representativa do custo médio ponderado de capital.

Os valores apurados no teste acima citado, mostraram-se suficientes para a cobertura dos ativos intangível e financeiro.

18. Fornecedores

	2014	2013
Suprimento:		
Contratos Bilaterais (1)	477.458	384.579
CCEE	-	6.971
Encargos de serviços do sistema - CCEE	-	4.629
Uso da rede básica (1)	3.436	2.320
Energia livre	7.860	7.860
Combustível (2)	665	1.599
Materiais e serviços e outros (3)	49.739	38.129
Total	539.158	446.087
Circulante	188.018	446.087
Não Circulante	351.140	-

- (1) Refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias. Do montante, R\$351.140 (R\$295.299 em 2013) representa parcelamento dos débitos com Eletrobrás referente ao repasse Itaipu, consolidado em agosto de 2014 em 60 parcelas, sendo nas 24 primeiras amortizado apenas os juros remuneratórios incidentes sobre o principal e nas 36 parcelas finais será amortizado o principal.

Movimentação ELB repasse Itaipú	2014
Parcelamento	351.140
Juros	16.685
Amortização	(16.685)
Total	351.140

- (2) Refere-se à aquisição de combustível da CCC - Conta de Consumo de Combustível, para as Usinas Térmicas da Guariba, Paranorte e Rondolândia.
- (3) Refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

19. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Operações	Encargos da dívida	Principal		Total	
		Circulante	Não Circulante	2014	2013 reapresentado
BASA	-	-	-	-	30.287
BRABESCO	-	-	-	-	189.386
ELETROBRAS - 4º Tranche - ECF 235/2008	-	6.609	30.844	37.453	63.324
ELETROBRAS - IRD - ECF 991/96	4	49	327	380	429
ELETROBRAS - Luz no Campo - ECF 1976/00	-	-	-	-	12.661
ELETROBRAS - 1º Tranche - ECFS 029/2004	-	3.796	2.215	6.011	19.081
ELETROBRAS - 2º Tranche - ECF 139/2006	-	7.634	17.177	24.811	52.563
ELETROBRAS - 3º Tranche - ECF 189/2007	-	5.373	20.595	25.968	46.480
ELETROBRAS - 2º Tranche - ECF 2600/2006	-	10.297	32.606	42.903	84.972
ELETROBRAS - Reluz - ECF 2673/2008	-	-	-	-	3.254
ELETROBRAS - 5º Tranche - ECF 0276/2009	-	9.182	56.624	65.806	100.353
ELETROBRAS - ECF 3162/2014	-	-	144.187	144.187	-
FIBRA/BTG	64	7.907	-	7.971	19.911
FIBRA	-	-	-	-	4.721
FIDC	2.456	-	351.415	353.871	-
ITAÚ - CCB 100112080005200	-	-	-	-	18.766
ITAÚ - CCB 100112080011100 op. 15906	-	-	-	-	30.264
ITAÚ BBA	-	-	-	-	36.599
JP MORGAN	55	14.857	21.048	35.960	50.830
MERRILL LYNCH	-	-	-	-	20.785
SAFRA	-	80	27	107	187
SANTANDER	270	-	32.000	32.270	34.792
SOCIETE - SG	-	-	-	-	6.484
(-) Custos de captação incorridos na contratação:					
Despesas antecipadas empréstimo Bradesco	-	-	-	-	(2.178)
Total em moeda nacional	2.849	65.784	709.065	777.698	823.951
BID - SUBCREDITO A	-	-	-	-	85.319
TESOURO NACIONAL - 1 DMLP-BÔNUS DESCONTO	-	-	-	-	19.424
TESOURO NACIONAL - 2 DMLP-BÔNUS AO PAR	-	-	-	-	28.095
TESOURO NACIONAL - 4 BÔNUS CAPITALIZAÇÃO	-	-	-	-	1.199
MERRILL LYNCH - OP. 22239	29	9.659	13.683	23.371	-
Total em moeda Estrangeira	29	9.659	13.683	23.371	134.037
Total geral da dívida	2.878	75.443	722.748	801.069	957.988

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os contratos de empréstimos possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2014, as exigências contratuais não foram cumpridas para o contrato CCB Fibra/BTG. A Companhia tem waiver aprovado em 31 de agosto de 2014 com validade para até 31 de dezembro de 2014.

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2014:

Operação	Vencimento	Características da Operação			Custo da Dívida		
		Periodicidade Amortização	Garantias Reais	Prazo Médio meses	Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR (Taxa efetiva de juros)
BASA	08/06/2017	MENSAL	AVAL DENERGE/JORGE/REDE/QMRA	94	CDI	4,91 a 7,44%	15,71 a 18,24%
ELETROBRAS - 4º Tranche - ECF 235/2008	30/08/2020	MENSAL	Recebíveis	145	PRÉ	6,00%	6,00%
ELETROBRAS - IRD - ECF 991/96	15/08/2022	TRIMESTRAL	Livre de Garantias	313	PRÉ	8,00%	8,00%
ELETROBRAS - Luz no Campo - ECF 1976/00	30/04/2013	MENSAL	Recebíveis	158	PRÉ	6,00%	6,00%
ELETROBRAS - 1º Tranche - ECF 029/2004	30/07/2016	MENSAL	Recebíveis	146	PRÉ	6,00%	6,00%
ELETROBRAS - 2º Tranche - ECF 139/2006	30/03/2018	MENSAL	Recebíveis	144	PRÉ	6,00%	6,00%
ELETROBRAS - 3º Tranche - ECF 189/2007	30/10/2019	MENSAL	Recebíveis	145	PRÉ	6,00%	6,00%
ELETROBRAS - 2º Tranche - ECF 2600/2006	28/02/2019	MENSAL	Recebíveis	146	PRÉ	7,00%	7,00%
ELETROBRAS - Reluz - ECF 2673/2008	30/11/2014	MENSAL	Recebíveis	77	PRÉ	6,50%	6,50%
ELETROBRAS - 5º Tranche - ECF 0276/2009	28/02/2022	MENSAL	Recebíveis	143	PRÉ	6,00%	6,00%
ELETROBRAS - ECF 3162/2014	29/11/2019	MENSAL	Recebíveis	60	SELIC	0,00%	10,90%
FIBRA/BTG	11/08/2015	MENSAL	Cessão Subrogação CCC Proj Comodoro+Aval	60	CDI	4,43%	15,24%
FIBRA	11/01/2017	MENSAL	Cessão Subrogação CCC Proj Comodoro+Aval	77	CDI	4,43%	15,24%
FIDC	01/11/2014	MENSAL	Recebíveis	240	TR	7,00%	7,86%
ITAÚ - CCB 100112080005200	22/05/2017	MENSAL	Livre de Garantias	57	CDI	2,00%	12,81%
ITAÚ - CCB 100112080011100 op. 15906	08/05/2017	MENSAL	Recebíveis	56	CDI	3,90%	14,71%
ITAÚ BBA	22/05/2017	MENSAL	Sub rogação CCC	100	CDI	4,90%	15,71%
JP MORGAN	26/05/2017	MENSAL	Recebíveis	53	CDI	2,00%	12,81%
MERRILL LYNCH	04/05/2017	MENSAL	Livre de Garantias	52	CDI	2,00%	12,81%
SAFRA	15/04/2016	MENSAL	Livre de Garantias	59	URTJLP	3,90 a 6,50%	8,90 a 11,50%
SANTANDER	06/06/2019	MENSAL	Recebíveis + Aval	60	CDI	2,28%	13,09%
SOCIETE - SG	26/05/2017	MENSAL	Livre de Garantias	53	CDI	2,00%	12,81%
TESOURO NACIONAL - 1 DMLP- BÔNUS DESCONTO	15/04/2024	SEMESTRAL	Recebíveis	312	LIBOR	0,81%	1,15%
TESOURO NACIONAL - 2 DMLP- BÔNUS AO PAR	15/04/2024	SEMESTRAL	Recebíveis	312	PRÉ	6,00%	6,00%
MERRILL LYNCH - OP. 22239	04/05/2017	MENSAL	Fiança	32	LIBOR	1,50%	1,84%

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no ano:

Moeda/indicadores	2014	2013
US\$ x R\$	13,39%	14,64%
TJLP	5,00%	5,00%
SELIC	10,90%	8,22%
CDI	10,81%	8,06%
TR	0,86%	0,19%
LIBOR	0,16%	0

Em 31 de dezembro de 2014, os empréstimos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	2014
2016	79.094
2017	107.184
2018	91.243
2019	69.376
2020	13.637
Após 2020	362.214
Total	722.748

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios findos em 2014 e 2013:

Descrição	2014	2013 reapresentado
Saldo em 2013 e 2012	957.988	917.524
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	378.246	21.193
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	79.703	117.261
Pagamento de principal	(535.957)	(38.295)
Pagamento de juros	(78.911)	(59.695)
Saldo em 2014 e 2013	801.069	957.988
Circulante	78.321	450.065
Não circulante	722.748	507.923

20. Debêntures (não conversíveis em ações)

Principais características das debêntures:

	2ª Emissão	3ª Emissão	4ª Emissão	5ª Emissão
Tipo de emissão	Pública	Pública	Pública	Pública
Data de emissão	15/04/2010	07/04/2011	19/10/2011	15/05/2014
Data de vencimento	15/05/2017	07/04/2016	20/12/2021	17/05/2021
Garantia	Flutuante	Flutuante	Flutuante	Flutuante
Rendimentos	1ª Serie CDI + 2,75% a.a - 2ª a 13ª Séries IPCA + 9,15%	CDI + 3,90%	CDI + 3,75%	CDI + 2,28%
TIR (taxa efetiva de juros)	1ª Serie 13,6% a.a - 2ª a 13ª Séries 15,7%	14,70%	14,55%	13,08%
Quantidade de títulos	250	98	1000	45000
Valor na data de emissão	1.000.000	1.000.000	100.000	10.000
Títulos em circulação	250	34	1000	45000
Carência de Juros	6 meses	6 meses	Não há	6 meses
Data de repactuação	01/08/2012	21/08/2012	14/05/2012	-
Amortizações/parcelas	Mensal	Mensal	Mensal	Mensal após a carência
	250.000.000	98.000.000	100.000.000	450.000.000

	2ª Emissão	3ª Emissão	4ª Emissão	5ª Emissão	Total
Saldos em 31/12/2014 (1)	40.430	-	-	453.622	494.052
Circulante	40.430	-	-	6.315	46.745
Não circulante	-	-	-	447.307	447.307
Saldos em 31/12/2013 (1)	172.998	21.663	93.116	-	287.777
Circulante	172.998	7.212	11.564	-	191.774
Não circulante	-	14.451	81.552	-	96.003

(1) Inclui R\$3.647 (R\$3.747 em 2013) referente a custos de captação incorridos na contratação.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2014, as exigências contratuais não foram cumpridas para a 2ª emissão, tendo sido reclassificadas para o circulante. O waiver tem validade para até 31 de dezembro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2014 as debêntures classificadas no não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2014
2016	51.697
2017	89.466
2018	89.647
2019	89.825
2020	90.012
após 2020	36.660
Total	447.307

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios findos em 2014 e 2013:

Descrição	2014	2013 reapresentado
Saldos em 2013 e 2012	287.777	290.259
Novas emissões de debêntures- 5ª emissão	450.000	-
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	67.524	37.975
Pagamento de principal	(257.072)	(10.222)
Pagamento de juros	(54.177)	(30.235)
Saldos em 2014 e 2013	494.052	287.777
Circulante	46.745	191.774
Não circulante	447.307	96.003

21. Financiamento por arrendamento mercantil

Operações	Total	
	2014	2013 reapresentado
BRADESCO	-	21
HP - 04365ER14V6	27	79
Total em moeda nacional	27	100
CESSNA FINANCE (1)	35.898	35.049
Total em moeda Estrangeira	35.898	35.049
Total	35.925	35.149
Circulante	4.142	3.474
Não Circulante	31.783	31.675

(1) Contratos com incidência de Caução no montante de R\$8.141 em 31 de dezembro de 2014 (R\$7.163 em 2013), contabilizado na rubrica Cauções e Depósitos Vinculados.

A Companhia possui arrendamento mercantil no montante de R\$35.925 (R\$35.149 em 2013) referente a veículos, equipamentos e aeronave, líquido de depreciação, registrados no ativo imobilizado, adquiridos através de contrato de arrendamento mercantil com cláusulas de opção de compra, com prazo de duração e taxas de juros conforme abaixo:

Condições contratuais do arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2014:

Operação	Vencimento	Características da Operação			Custo da Dívida		
		Periodicidade Amortização	Garantias Reais	Prazo Médio meses	Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR (Taxa efetiva de juros)
HP - 04365ER14V6	16/04/2015	MENSAL	Aval	36	CDI	0,00%	10,81%
CESSNA FINANCE	29/09/2020	TRIMESTRAL	Depósito Caução	120	PRÉ	6,75%	6,75%

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia em atendimento ao CPC-06 (R1) (Operação de Arrendamento Mercantil), reconheceu os montantes de R\$5.452 (R\$5.452 em 2013), como despesa de depreciação e de R\$2.307 (R\$2.467 em 2013) como despesa financeira referente aos encargos dos contratos.

A liquidação dos contratos no montante de R\$35.925, será finalizada em 29 de setembro de 2020. Os montantes em moeda nacional montam em R\$27 (R\$100 em 2013) e em moeda estrangeira - R\$35.898 (R\$35.049 em 2013).

Em 31 de dezembro de 2014 os contratos têm seus vencimentos assim programados:

	2014
2015	4.142
2016	4.393
2017	4.697
2018	5.022
2019	5.370
2020	12.301
Total	35.925
Circulante	4.142
Não Circulante	31.783

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios findos em 2014 e 2013:

Descrição	2014	2013 reapresentado
Saldo em 2013 e 2012	35.149	29.954
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	-	641
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	6.696	7.180
Pagamento de principal	(3.573)	(212)
Pagamento de juros	(2.347)	(2.414)
Saldo em 2014 e 2013	35.925	35.149
Circulante	4.142	3.474
Não circulante	31.783	31.675

22. Impostos e Contribuições Sociais

22.1. Impostos e contribuições sociais correntes

	2014	2013
ICMS	63.507	53.218
Encargos sociais	3.702	4.593
PIS / COFINS	10.299	13.248
IRPJ/CSLL	10.531	-
IRRF	696	106
Outros	2.144	1.389
Total I	90.879	72.554
Circulante	90.879	72.554

22.2. Parcelamentos de impostos

	2014	2013
PIS / COFINS (1)	-	152.267
IRPJ (1)	-	6.429
CSSL (1)	-	4.017
ICMS (2)	5.681	8.090
ICMS (3)	218	-
Total II	5.899	170.803
Circulante	3.534	64.310
Não circulante	2.365	106.493
Total Geral - Circulante	94.413	136.864
Total Geral - Não Circulante	2.365	106.493

- (1) Em julho de 2012, a Companhia firmou junto a Receita Federal do Brasil - RFB, pedido de parcelamento do PIS, da COFINS, do IRPJ e da CSLL em 60 parcelas. O valor de cada parcela será acrescido de juros correspondentes à variação da taxa SELIC. A primeira parcela foi paga em agosto de 2012. O parcelamento ordinário anterior de PIS e COFINS foi incluso no montante do reparcelamento. Em 25 de agosto de 2014, a Companhia aderiu ao programa do Novo REFIS instituído pela Lei 12.996/2014, com pagamento de até 20% do saldo em 5 parcelas iguais e sucessivas até que a consolidação dos débitos fossem realizadas pela Receita Federal do Brasil, corrigidos pela variação da Selic. Em 28 de novembro de 2014 a Companhia optou por efetuar a liquidação total do débito no montante de R\$22.806, de acordo com a Lei 13.043/2014, que permitiu liquidar todo o saldo dos parcelamentos com a utilização de 70% de prejuízos fiscais e/ou base negativa de contribuição social, próprios ou de outras Companhias de um mesmo grupo econômico e de 30% com pagamento a vista. A adesão ao programa gerou redução de multas e juros de R\$1.399,

registrado na rubrica de outras receitas financeiras na demonstração do resultado do exercício. O processo encontra-se em fase de homologação pela Receita Federal do Brasil.

Segue a movimentação deste parcelamento:

Posição em 31 de dezembro de 2013:

	Valor original	Multa	Juros	Total
IR	4.853	971	604	6.428
PIS	20.658	4.132	2.573	27.362
COFINS	94.300	18.860	11.746	124.906
CSSL	3.033	606	377	4.017
TOTAL	122.844	24.569	15.300	162.713

Posição em 31 de dezembro de 2014:

Lei 12.996 (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL)	Valor original
Débitos em 31/12/2013	162.713
Atualização	9.142
Amortização	(36.796)
Ganho adesão ao REFIS	(11.838)
Antecipação dos 20% em 5 parcelas	(24.990)
30% - Lei 13.043	(29.469)
Valor utilizado de PF e BCN de CSSL	(68.762)
Saldo em 31/12/2014	-

- (2) Em setembro de 2013, a Companhia consolidou junto a Secretaria de Fazenda - SEFAZ, parcelamento de ICMS sobre a demanda contratada de energia elétrica, conforme Processo 597481-2013 em 36 parcelas mensais e consecutivas. O valor de cada parcela será atualizada pelo IGPD, sendo a primeira parcela paga em 13 de setembro de 2013 e a última será paga em agosto de 2016.
- (3) Em junho de 2014, a Companhia consolidou parcelamento de ICMS oriundo do Termo de Notificação 705853/630/68/2012, em 10 parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira parcela paga em 16 de junho de 2014 e a última será paga em março de 2015.

Segue a movimentação destes parcelamentos:

ICMS	
Saldo inicial em 31/12/2013	8.090
Novo parcelamento	734
Juros	668
Amortização	(3.593)
Saldo em 31/12/2014	5.899

23. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para riscos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, como segue:

	Saldo inicial 2013	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Saldo final 2014
Trabalhistas	20.815	15.355	(12.255)	2.197	26.112
Cíveis	114.904	81.133	(61.688)	10.043	144.392
Fiscais	32.916	3.376	(1.309)	3.493	38.476
Total	168.635	99.864	(75.252)	15.733	208.980

A Companhia possui depósitos judiciais no ativo não circulante, no montante de R\$2.075 (R\$4.363 em 2013) dos quais R\$2.019 (R\$4.363 em 2013) não foram constituídas provisões para riscos pelo fato do prognóstico de êxito ser possível ou remoto.

Foram pagos no exercício R\$19.825 (R\$17.859 em 2013) referentes a condenações e acordos judiciais. No exercício foram efetuadas provisões de honorários de êxito referente as causas de prognósticos de perdas possíveis e remotas no montante de R\$8.766.

Perdas prováveis:

Trabalhistas

A maioria dessas ações tem por objeto pedido de horas extras e reflexos, equiparação salarial, acidente de trabalho, sobreaviso e reaviso, FGTS e verbas contratuais/legais.

Cíveis

As ações de natureza cíveis se referem, a discussões por danos envolvendo a distribuição de energia elétrica, como corte indevido de fornecimento, inscrição indevida (SPC/Serasa), cancelamento/revisão de fatura de irregularidade de consumo; ressarcimento de danos elétricos, entre outros.

Fiscais

Refere-se a discussões relacionadas a Cofins, PIS, INSS, ISS, ICMS e CSLL. Os processos encontram-se com a exigibilidade de seus créditos suspensa, seja por estarem em trâmite os processos administrativos, seja porque se encontram devidamente garantidas as execuções fiscais em andamento.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

Perdas possíveis:

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante total de R\$447.695 (R\$506.232 em 2013), cuja probabilidade de êxito foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Seguem comentários dos consultores jurídicos da Companhia referente as ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhistas no montante R\$29.054 (R\$3.620 em 2013), têm como objeto o pleito de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como a responsabilidade subsidiária da Companhia em relação

às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados.

Cíveis

As ações judiciais de natureza cível, cujo montante é de R\$141.927 (R\$34.942 em 2013), têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia; e (iii) multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa.

Fiscais

As ações de natureza fiscal e tributária no montante R\$276.714 (R\$467.670 em 2013), referem-se basicamente, aos seguintes objetos: (i) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (ii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) diferencial de alíquota; e (iv) imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) na figura de substituto tributário dos municípios, entre outros.

24. Obrigações intrassetoriais e Incorporação de Redes

24.1. Taxas Regulamentares

	2014	2013
Quota Reserva Global de Reversão - RGR	51.686	48.533
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	68.264	79.700
Quota - Conta de Consumo de Combustível - CCC	53.906	71.277
Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	103.044	86.961
Total	276.900	286.471
Circulante	126.181	286.471
Não circulante	150.719	-

Em 12 de agosto de 2014 o parcelamento dos débitos em atraso da RGR e CDE foi consolidado em 60 parcelas, sendo nas 24 primeiras, amortização apenas dos juros remuneratórios incidentes sobre o principal e nas 36 parcelas finais, amortização do principal. Os débitos em atraso referente ao Proinfa e CCC foram divididos em 12 parcelas iguais e consecutivas.

Segue a movimentação no exercício:

Movimentação	2014
Parcelamento RGR, CDE, CCC e PROINFA	332.869
Juros	12.746
Amortização	(71.868)
Total Parcelamento	273.747
Parcela corrente - PROINFA	3.153
Total Geral	276.900

24.2. Obrigação do Programa de Eficiência Energética

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A

participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848, nº 11.465 e nº 12.212, de 15 de março de 2004, 28 de março de 2007 e 20 de janeiro de 2010, respectivamente.

	2014	2013
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	629	562
Ministério de Minas e Energia - MME	80	112
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	37.185	35.205
Programa de Eficiência Energética - PEE	79.857	62.920
Total	117.751	98.799
Circulante	61.911	46.891
Não Circulante	55.840	51.908

A atualização das parcelas referentes aos PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28 de novembro de 2005, nº 219, de 11 de abril de 2006, nº 300, de 12 de fevereiro de 2008, nº 316, de 13 de maio de 2008, nº 504, de 14 de agosto de 2012 e nº 556, de 18 de junho de 2013 e Ofício Circular nº 1.644/2009-SFF/ANEEL, de 28 de dezembro de 2009.

Por meio da Resolução Normativa nº 316, de 13 de maio de 2008, alterada pela REN nº 504 de 14 de agosto de 2012 e nº 556 de 18 de junho de 2013, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do programa de eficiência energética. Dentre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

A realização das obrigações com o PEE e P&D por meio da aquisição de ativos imobilizados tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

Total das obrigações intrasetoriais (taxas regulamentares e obrigação do PEE)	2014	2013
Circulante	188.092	333.362
Não Circulante	206.559	51.908

24.3. Incorporação de Redes

As Resoluções Normativas da ANEEL n.º 223/2003, n.º 229/2006, n.º 238/2006, n.º 250/2007, n.º 368/2009, n.º 414/2010 e n.º 488/2012 estabelecem as condições gerais para o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras. Os regulamentos citados preveem que o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pela Concessionária até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

Conforme art. 7º da Resolução Autorizativa nº 4.463/2013, o prazo de que trata o §2º do Art. 8-A da Resolução Normativa nº. 229, de 8 de agosto de 2006, passou a ser 31 de dezembro de 2016.

As incorporações de redes particulares em 2014 montam em R\$252.596 (R\$183.665 em 2013) e estão detalhadas abaixo:

Resolução	Nº de Obras	Valor Original	IGP-M	Encargos	Total a Pagar
223/2003	1.274	10.941	6.054	7.955	24.950
229/2006	33	183	73	152	408
238/2006	587	39.192	10.125	14.335	63.652
250/2007	3.587	46.042	9.679	14.827	70.548
368/2009	112	1.255	1.110	1.555	3.920
414/2010	320	8.733	1.121	3.153	13.007
488/2012	3.636	62.045	5.576	8.490	76.111
Total	9.549	168.391	33.738	50.467	252.596
Circulante					100.019
Não circulante					152.577

25. Outras contas à pagar

	2014	2013
Valores e encargos a recuperar tarifa - TUSD	12.201	12.201
Auto de infração	7.440	-
Adiantamento de consumidores	3.135	5.935
Encargos tarifários	3.641	3.699
Arrecadação de terceiros a repassar	746	608
Outros credores	7.661	7.973
	34.824	30.416
Circulante	16.701	11.007
Não circulante	18.123	19.409

26. Patrimônio líquido

26.1. Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado é de R\$1.118.910 (R\$710.197 em 2013) e está representado por 58.782 mil ações ordinárias e 111.546 mil ações preferenciais, todas nominativas sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de junho de 2014, foi aprovado aumento de capital da Companhia em R\$408.713, com emissão de 51.475 mil novas ações, sendo 17.765 mil ações ordinárias e 33.710 mil ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, mediante a capitalização do saldo dos recursos destinados a futuro aumento de capital.

Independentemente de modificação estatutária, o capital social poderá ser aumentado em até o limite de 6.000.000 de ações, sendo até 4.092.176 em ações ordinárias e até 1.907.824 em ações preferenciais.

26.2. Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social.

26.3. Reserva de lucros - reserva de retenção de lucros

Do lucro líquido do exercício, o montante de R\$51.075 foi destinado para a reserva de retenção de lucros com base em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração e a ser aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

Movimentação	2014
(+) Resultado do exercício	104.774
(-) Absorção de prejuízos anteriores	(50.615)
(-) Reserva legal	(2.708)
(+) Realização da reserva de reavaliação	16.649
(-) Dividendos mínimos obrigatórios	(17.025)
(=) Saldo de lucros retidos	51.075

26.4. Dividendos e juros sobre capital próprio

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado. Os dividendos a serem pagos às ações preferenciais terão um acréscimo de 10% (dez por cento) sobre aqueles pagos às ações ordinárias. Conforme demonstrado abaixo.

Abaixo estão demonstradas as movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

Movimentação	2014	2013
Dividendos e JCP:		
Saldo no início do exercício - dividendos e JCP	19.625	22
Dividendos propostos no exercício	17.025	-
Saldo no início do exercício - JCP		19.603
JCP pagos	(19.481)	-
Saldo no final do exercício de dividendos e juros sobre capital próprio (JCP)	17.169	19.625

27. Receita operacional

	2014			2013		
	Não examinado pelos auditores independentes		R\$	Não examinado pelos auditores independentes		R\$
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Residencial	976.619	2.428.945	1.161.432	934.300	2.208.101	990.252
Industrial	22.576	960.443	561.049	21.480	877.426	463.020
Comercial	94.226	1.540.388	802.874	90.295	1.428.211	696.876
Rural	162.165	949.956	311.148	159.738	866.162	246.910
Poder Público:	11.709	347.690	163.533	11.469	310.413	137.222
Federal	848	62.286	32.288	835	55.359	26.357
Estadual	2.738	150.728	58.380	2.712	133.017	47.841
Municipal	8.123	134.676	72.865	7.922	122.037	63.024
Iluminação Pública	792	302.493	65.921	759	278.309	57.846
Serviço Público	1.204	184.599	74.733	1.162	177.177	64.940
Consumo Próprio	290	10.577	-	286	10.275	-
Subtotal	1.269.581	6.725.091	3.140.690	1.219.489	6.156.074	2.657.066
Suprimento	-	92.554	138.830	-	-	72.225
Fornecimento não faturado (líquido)	-	(18.296)	15.198	-	(8.750)	(22.698)
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	-	1.215.883	141.413	-	1.260.164	138.149
Ativos e passivos regulatórios (1)	-	-	26.662	-	-	-
Receita de Construção (2)	-	-	180.326	-	-	322.947
Outras receitas operacionais	-	-	197.519	-	-	126.767
Total - receita operacional bruta	1.269.581	8.015.232	3.840.638	1.219.489	7.407.488	3.294.456
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	778.216	-	-	651.764
PIS	-	-	60.679	-	-	50.206
COFINS	-	-	279.490	-	-	231.252
ISS	-	-	179	-	-	429
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	11.394	-	-	9.446
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	34.734	-	-	19.228
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, FNDCT e MME	-	-	11.394	-	-	9.755
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	-	-	26.682	-	-	9.409
Total	-	-	1.202.768	-	-	981.489
Total - receita operacional líquida	1.269.581	8.015.232	2.637.870	1.219.489	7.407.488	2.312.967

(1) Refere-se a montante de ativos e passivos regulatórios reconhecidos no resultado do exercício de 2014 de acordo com a Deliberação CVM nº 732/14 e Comunicado Técnico Ibracon nº 05/2014;

(2) A receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo a receita de construção igual a custo de construção.

28. Despesas operacionais

Natureza do gasto	Custo do serviço			Despesas operacionais		Total	
	com energia elétrica	de operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e Administrativas	2014	2013
Energia elétrica comprada para revenda	1.369.232	-	-	-	-	1.369.232	1.197.901
Encargo de uso - sistema de transmissão e distribuição	87.753	-	-	-	-	87.753	87.573
Pessoal e administradores	-	78.404	-	23.026	48.681	150.111	139.133
Entidade de previdência privada	-	2.058	-	445	424	2.927	3.094
Material	-	25.427	-	132	13.152	38.711	39.578
Serviço de terceiros	-	121.520	-	51.905	57.176	230.601	222.258
Depreciação e amortização	-	133.420	-	-	11.994	145.414	101.719
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	61.229	-	61.229	104.209
Provisão para contingências	-	-	-	-	33.046	33.046	82.908
Custo de construção	-	-	180.326	-	-	180.326	322.947
Taxa de fiscalização	-	-	-	-	3.937	3.937	4.449
Outros (1)	-	(18.954)	-	35.354	48.685	65.085	5.642
Total	1.456.985	341.875	180.326	172.091	217.095	2.368.372	2.311.411

(1) Inclui o valor de (R\$ 23.469) referente a reembolso de geração térmica conforme Lei 12.111/2009.

28.1. Energia elétrica comprada para revenda

	2014		2013	
	MWh (**)	R\$	MWh (**)	R\$
Energia de Itaipú - Binacional	1.311.171	167.524	1.152.419	136.256
Energia de leilão	1.576.212	412.730	983.397	232.128
Energia bilateral	3.729.325	700.444	3.601.912	625.789
Cotas de Angra REN 530/12 (*)	245.176	36.338	246.503	31.283
Energia de curto prazo - CCEE	272.243	276.658	792.595	210.767
Cotas Garantia Física-Res.Homol.ANEEL 1410 - Anexo I	929.206	28.609	922.743	26.182
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	154.996	46.799	144.859	37.755
Ressarcimento pela exposição térmica (1)	-	(157.868)	-	-
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	(142.002)	-	(102.259)
Total	8.218.329	1.369.232	7.844.428	1.197.901

(*) Contempla valor da REN 1585/2013.

(**) Não revisado pelos auditores independentes.

(1) Através do Decreto presidencial n.º 8.221, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica.

Para os meses de janeiro a outubro, a Aneel já homologou os valores para a Companhia conforme abaixo:

Meses	Despacho	Valor
Janeiro	Despacho nº 515 de 07 de março de 2014	-
Fevereiro	Despacho nº 1.256 de 22 de abril de 2014	-
Março	Despacho nº 1.443 de 09 de maio de 2014	24.169
Abril	Despacho nº 1.696 de 02 de junho de 2014	-
Maio	Despacho nº 3.185 de 18 de agosto de 2014	-
Junho	Despacho nº 3.017 de 05 de agosto de 2014	-
Julho	Despacho nº 3.588 de 02 de setembro de 2014	-
Agosto	Despacho nº 3.968 de 30 de setembro de 2014	10.528
Setembro	Despacho nº 4.288 de 30 de outubro de 2014	80.681
Outubro	Despacho nº 4.657 de 02 de dezembro de 2014	42.490

Os valores referentes aos Despachos de janeiro a dezembro já foram repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo das concessionárias.

Os montantes foram registrados no resultado como redução de custo de energia comprada e sobre eles foram registrados encargos de PIS e COFINS.

29. Outros resultados

	2014	2013
Sobras no inventário de estoques	4.178	7.576
Faltas no inventário de estoques	(6.144)	(6.139)
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	674	316
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(28.317)	(57.591)
Ganho no ajuste do VNR	-	13.048
Provisões não operacionais (1)	(13.581)	(102.985)
Outras receitas	6	38
Outras Despesas	(3.504)	(5.005)
Total	(46.688)	(150.742)

- (2) Inclui em 2014, provisão para perdas de créditos fiscais federais (R\$3.388), estoque material obsoleto ou baixo giro (R\$4.206) e material em poder de terceiros (R\$5.987). Em 2013 refere-se à provisão perdas Banco Daycoval (R\$102.985).

30. Receitas e despesas financeiras

	2014	2013
Receitas financeiras:		
Renda de aplicação financeira no mercado aberto	16.489	-
Renda de aplicação financeira equivalente de caixa	20.690	9.320
Mútuo com partes relacionadas	5.459	10.063
Juros ativos	13.552	7.573
Variação monetária	68.736	30.267
Acréscimos moratórios	40.132	31.202
Operações de swap	3.424	-
Juros atualização contas a receber da concessão - VNR	24.358	28.602
Ajuste a valor presente	23.521	18.632
Outras receitas financeiras	14.394	4.991
Total das receitas financeiras	230.755	140.650
Despesas financeiras:		
Encargos	(129.505)	(110.916)
Variações monetárias	(82.671)	(95.724)
Juros/multas	(124.257)	(114.232)
Operações de swap	(685)	-
Ajuste marcação a mercado - swap	(259)	-
Ajuste a valor presente	(21.841)	(28.014)
Encargos financeiros - parcelamento da lei nº 11.941/2009	(9.142)	(11.870)
Atualização projetos PEE - P&D	(8.337)	(10.079)
Multa pela incorporação de redes	(65.473)	(20.875)
Juros s/títulos - precatórios	(35.524)	-
Juros passivo atuarial	(1.659)	(179)
Outras despesas financeiras	(10.033)	(1.221)
Total das despesas financeiras	(489.386)	(393.110)
Resultado financeiro	(258.631)	(252.460)

31. Lucro/prejuízo por ação

Cálculo de lucro/prejuízo por ação (em milhares, exceto valor por ação):

	Exercícios findos em:	
	2014	2013
Prejuízo líquido básico por ação:		
Numerador		
Lucro/Prejuízo líquido do exercício		
Lucro/Prejuízo disponível aos acionistas preferenciais	71.153	(250.632)
Lucro/Prejuízo disponível aos acionistas ordinárias	33.621	(132.079)
	104.774	(382.711)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações preferenciais	97.925	77.835
Média ponderada de número de ações ordinárias	50.898	41.018
	148.823	118.853
Lucro/Prejuízo líquido básico por ação:		
Ação preferencial	0,7266	(3,2200)
Ação ordinária	0,6606	(3,2200)

32. Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2014	2013
Vida em Grupo	31/12/2015	R\$57.968	R\$ 180	R\$ 192
Riscos Operacionais	23/10/2015	R\$ 36.051	R\$ 291	R\$355
Responsabilidade Civil Geral	23/10/2015	R\$ 30.000	R\$ 1.384	R\$557
Frota	30/11/2015	LMI R\$300 / Danos morais R\$60	R\$ 222	R\$ 222
Aeronáutico (Casco)	30/11/2015	R\$ 170.537	R\$ 67	US\$18
Aeronáutico (RETA)	30/11/2015	R\$ 850	R\$ 2	R\$ 2
Transportes	30/11/2015	R\$2.000	R\$ 73	R\$ 71

Vida em Grupo: Cobertura Básica-Morte, Indenização Especial de Morte por Acidente, Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente e Invalidez por Doença - Funcional.

Riscos Operacionais: a apólice garante as avarias, perdas e danos materiais de origem súbita, imprevista e acidental a edifícios, equipamentos, maquinismos, ferramentas, móveis e utensílios, e demais instalações que constituem o estabelecimento segurado descrito na apólice.

Responsabilidade Civil Geral: cobertura dos danos materiais e corporais causados a terceiros em decorrência das operações comerciais e industriais. Trata-se de apólice corporativa.

Automóveis: cobertura de colisão, incêndio e roubo (casco) e de danos materiais, corporais e morais causados a terceiros (RCF) em decorrência de acidentes automobilísticos.

Aeronáutico casco/LUC: Casco: garantia ao segurado na perda e/ou avaria da aeronave. LUC - Limite Único Combinado: é o reembolso das obrigações que o segurado vier a ser obrigado a pagar judicialmente ou por acordo previamente autorizado pela seguradora, por danos pessoais e/ou materiais e transportados e/ou não transportados.

Transportes: cobertura garantindo os reparos ou a reposição dos bens de sua propriedade em decorrência de sinistros ocorridos durante os transportes terrestres, aéreos e lacustres.

33. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	2014		2013	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	130.640	130.640	128.026	128.026
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	550.962	550.962	-	-
Consumidores e concessionárias	497.506	497.506	479.565	479.565
Títulos de créditos a receber	25.618	25.618	59.517	59.517
Conta a receber da concessão	878.868	878.868	737.080	737.080
Instrumentos financeiros derivativos	2.895	2.895	-	-
Ativos regulatórios	190.377	190.377	-	-

PASSIVO	2014		2013	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	539.158	539.158	446.087	446.087
Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos e encargos de dívidas	1.331.046	1.331.046	1.280.914	1.280.914
Parcelamento de tributos	5.899	5.899	170.803	170.803
Taxas regulamentares	276.900	276.900	286.471	286.471
Passivos regulatórios	164.728	164.728	-	-

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis

Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia manifestar intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos, obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNDES, e empréstimos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP), sendo esse a 2ª e a 5ª emissão de debêntures da Companhia.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A partir da entrada da Energisa como acionista controladora da Rede Energia, a Diretoria adotou como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

	2014	2013
Dívida (1)	1.331.046	1.280.914
Caixa e equivalentes de caixa	(130.640)	(128.026)
Dívida líquida	1.200.406	1.152.888
Patrimônio líquido (2)	1.317.096	816.945
Índice de endividamento líquido	0,91	1,41

(1) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 19, 20 e 21.

(2) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	12,63%	232.367	-	156.062	195.078	-	583.507
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	11,07%	207.367	69.188	336.531	350.482	514.824	1.478.392
Parcelamento de tributos	13,04%	2.645	1.658	2.365	-	-	6.668
Taxas regulamentares	13,04%	128.368	30.356	66.986	83.733	-	309.443
Passivos regulatórios	13,04%	186.208	-	-	-	-	186.208
Total		756.955	101.202	561.944	629.293	514.824	2.564.218

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” do grupo Energisa.

O risco de crédito é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2014	2013
Caixa e equivalente de caixa	130.640	128.026
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	550.962	-
Consumidores e concessionárias	497.506	479.565
Títulos de créditos a receber	25.618	59.517
Ativos regulatórios	190.377	-
Conta a receber da concessão	878.868	737.080
Instrumentos financeiros derivativos	2.895	-

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nº 5, 6, 7, 11, 15 e 33.

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 19 a nº 21, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, com alta de 13,39% sobre 31 de dezembro de 2013, cotado a R\$2,6562/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2014 era de 14,33%, enquanto em 31 de dezembro de 2013 era de 11,5%.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia, em 31 de dezembro de 2014 de R\$1.331.046 (R\$1.280.914 em 2013), R\$59.269 (R\$169.086 em 2013) estão representados em dólares:

- (i) US\$13,52 milhões de empréstimo com o Cessna Finance (US\$13,51 milhões de principal), cujo saldo no final no exercício, incluindo juros monta em R\$35,9 milhões e
- (ii) US\$8,79 milhões de empréstimo com o Bank of America Merrill Lynch (US\$8,78 milhões de principal), cujo saldo no final no exercício, incluindo juros monta em R\$23,4 milhões.

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa dos financiamentos atrelados ao dólar, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. A proteção acima está dividida no instrumento descrito a seguir:

Dívida	Notional (USD)	Custo Financeiro/Taxa	Vencimento	Limitador
Loan 4131				
BAML	8.788		04/05/2017	-
P. Ativa		Libor + 1,50%		
P. Passiva		CDI + 1,45%		

A Administração da Companhia permanece atenta aos movimentos de mercado, de forma que esta operação poderá ter sua proteção reestruturada e mesmo seu prazo alongado a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização.

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2014 e 2013 que podem ser assim resumidos:

	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2014	2013		2014	2013
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira-LIBOR	23.418	-
Swap Merrill Lynch	20.036	-	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(20.523)	-
			Posição Total Swap	2.895	

O Valor Justo dos derivativos contratados em 31 de dezembro de 2014 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 19 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Análise de Sensibilidade

De acordo com a Instrução CVM 475/08 e a Deliberação nº 604/2009, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2014, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros					
Swap	-		1.643	(3.802)	(9.245)
Posição Ativa -Moeda Estrangeira - LIBOR	23.418		21.775	27.220	32.663
Posição Passiva -Taxa de Juros CDI	(20.523)	Alta US\$	(20.523)	(20.523)	(20.523)
Subtotal	2.895		1.253	6.697	12.140
Líquido	-		2.895	2.895	2.895

(*) Considera o cenário macroeconômico da Pesquisa Focus vigente em 31 de dezembro de 2014, para as datas futuras até a liquidação final das operações

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em

reais para 31 de dezembro de 2014, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente positivo de R\$2.895, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos *swaps*. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, o valor presente seria positivo de R\$2.895 em ambos os casos.

b. Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2014 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 10,81% ao ano e TJLP = 5,0% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	631.884	Alta do CDI	79.807	99.759	149.638
Subtotal	631.884		79.807	99.759	149.638
Instrumentos financeiros passivos:					
	(59.269)	Alta do Dólar	(5.732)	(21.983)	(38.233)
	(203.333)	PRE	(13.725)	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(107)	Alta da TJLP	(2)	(3)	(4)
	(570.280)	Alta da CDI	(72.026)	(90.033)	(135.049)
	(353.870)	Alta da TR	(6.440)	(8.051)	(12.076)
	(144.187)	Alta da SELIC	(18.802)	(23.502)	(35.254)
Subtotal (*)	(1.331.046)		(116.727)	(143.572)	(220.616)
Total	(699.162)		(36.920)	(43.813)	(70.978)

(*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2015 (12,5% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2014, TJLP 5% ao ano.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros	Nível	2014	2013
Ativos			
Caixa e Equivalente de Caixa	2	130.640	128.026
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	550.962	-
Consumidores	2	497.506	479.565
Título de crédito a receber	2	25.618	59.517
Instrumentos financeiros derivativos	2	2.895	-
Ativos regulatórios	3	190.377	-
Contas a receber da concessão	3	878.868	737.080

34. Benefícios a empregados

Plano de Aposentadoria e Pensão

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida e de benefício definido, sendo para este último vedado o ingresso de novos participantes e os atuais neles inscritos, estão na condição de assistidos. O plano de benefício definido é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

Em 31 de dezembro de 2014, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$2.893 (R\$3.058 em 2013).

A Companhia patrocina, em conjunto com seus empregados em atividade, ex-empregados e respectivos beneficiários, planos de benefícios de aposentadoria e pensão, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é feita por meio da Redeprev - Fundação Rede de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

Os planos de benefício instituídos pela Companhia junto à Redeprev são:

a. Plano de Benefícios CEMAT BD-I:

Instituído em 1/1/1994, está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos participantes ativos, participantes assistidos e patrocinadora. O plano encontra-se em extinção para novas adesões desde 1/1/1999. Asseguram benefícios suplementares à aposentadoria por tempo de serviço/velhice, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte e pecúlio por morte.

b. Plano de Benefícios - R:

Obteve autorização e aprovação para a aplicação do seu Regulamento por meio da Portaria nº 880, de 12/1/2007, emitida pelo Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do MPS. O referido plano é resultante da fusão dos extintos Planos de Benefícios CELPA-R, CEMAT-R e ELÉTRICAS-R, cujos Regulamentos foram condensados em um único Regulamento, sem solução de continuidade. O plano está estruturado na forma de Benefício Definido.

Assegura os seguintes benefícios de risco estruturado: suplementação da aposentadoria por invalidez, suplementação do auxílio-doença, suplementação da pensão por morte e pecúlio por morte.

Os benefícios são custeados exclusivamente pela Companhia e de forma solidária com as demais patrocinadoras, CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A. - em “Recuperação Judicial” e as empresas do grupo Rede Energia S.A. - em “Recuperação Judicial”.

Antes da fusão os planos eram contabilizados em separado, e a partir de então as contas são prestadas de forma comum, em um único balancete, por conta da legislação que regula as entidades de previdência complementar. Todavia, especificamente para efeitos desta Avaliação e para o cumprimento do CPC 33 (R1) - Benefício a empregados, impõe-se a aferição compartimentada dos compromissos atuariais, das despesas com contribuições, dos custos e do Ativo do Plano de Benefícios R, por empresa patrocinadora.

c. Plano de Benefício CEMAT-OP:

Instituído em 1/1/1999 assegura o benefício de Renda Mensal Vitalícia, após o prazo de diferimento. Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida e o valor da Renda Mensal Vitalícia está sempre vinculado ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do participante.

A Renda Mensal Vitalícia, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente anualmente, sendo nesta fase considerada Benefício Definido.

O custeio do plano é feito pelos participantes ativos e pela patrocinadora. Os participantes contribuem, a sua escolha, com um percentual de 2% a 20% do salário contribuição e a patrocinadora, por sua vez, contribui com um adicional de 10% sobre o valor contribuído pelos participantes.

A contribuição da patrocinadora durante o exercício de 2014 foi de R\$243 (R\$246 em 2013).

34.1. Situação financeira dos planos de benefícios - avaliação atuarial - data base 31/12/2014

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31 de dezembro de 2014, os planos de benefícios definidos, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 (R1) - Benefício a empregados, apresentam a seguinte situação:

a. Informações dos participantes:

	Planos de Benefícios		
	CEMAT BD-I	R	CEMAT-OP
Número Participantes	3	1.832	1.841
Número Assistidos	93	29	171
Número Beneficiários Pensionistas (famílias)	51	22	35
	147	1.883	2.047

b. Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial:

Taxas ao ano	Avaliação atuarial 2014	Avaliação atuarial 2013
01 Taxa de desconto real para cálculo do valor presente	6,05% - todos os planos	6,35% - todos os planos
02 Taxa de rendimento esperada sobre os ativos dos planos	11,88% - todos os planos	11,14% - todos os planos
03 Taxa de crescimento salarial futura real	2,11%	2%
04 Taxa de crescimento real dos benefícios		
Da Previdência Social	-	-
Do Plano	-	-
05 Taxa de inflação	5,50%	4,50%
06 Fator de capacidade		
Dos Salários	1,00	1,00
Dos Benefícios	1,00	1,00
07 Tábua de mortalidade Geral	AT 2000 Suav. 10%	AT 2000 - MALE
08 Tábua de mortalidade de inválidos	MI85, N/A para Cemat OP	IBGE 2011, ambos os sexos
09 Tábua de entrada em invalidez	Light média, N/A para Cemat OP	Nula
10 Tábua de rotatividade	0%	Nula

As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos benefícios. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia.

Para a apuração do valor presente das obrigações de benefício definido é empregado o método do crédito unitário projetado. Esse método é obrigatório segundo a deliberação CVM 695/2012.

Eventuais diferenças atuariais são reconhecidas como “remensurações” em outros resultados abrangentes. Quando o saldo da obrigação se mostrar superior ao valor justo dos ativos do plano, o déficit deve ser reconhecido no passivo da patrocinadora.

c. Conciliação da posição dos fundos de benefício definido

	CEMAT - BD-I		OP		R		Total	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Valor presente da obrigação de benefício definido								
Saldo no início do exercício	45.942	47.400	100.343	116.945	32.228	38.082	178.513	202.427
Custo do serviço corrente	23	71		-		-	23	71
Custo do serviço passado			(44.610)				(44.610)	-
Custo dos juros	5.116	4.362	11.174	10.762	3.589	3.505	19.879	18.629
Benefícios pagos	(1.024)	(980)	(1.712)	(1.638)	(249)	(239)	(2.985)	(2.857)
Ganhos/Perdas atuariais	(1.068)	(4.911)	15.311	(25.726)	(6.107)	(9.120)	8.136	(39.757)
Saldo no final do exercício	48.989	45.942	80.506	100.343	29.461	32.228	158.956	178.513
Valor justo dos ativos do plano								
Saldo no início do exercício	46.117	46.224	113.330	121.393	17.332	22.343	176.779	167.617
Retorno esperado	5.136	4.254	12.620	11.171	1.930	2.056	19.686	17.481
Alteração regulamentar do Plano OP	-	-	(38.532)	-	-	-	(38.532)	-
Benefícios pagos	(1.024)	(980)	(1.712)	(1.638)	(249)	(239)	(2.985)	(2.857)
Ganhos/Perdas atuariais	(4.928)	(3.381)	(8.343)	(17.596)	6.314	(6.828)	(6.957)	(27.805)
Saldo no final do exercício	45.301	46.117	77.363	113.330	25.327	17.332	147.991	154.436
Posição líquida (a)(b)(c)	(3.688)	175	(3.143)	12.987	(4.134)	(14.896)	(10.965)	(24.077)
Exposição Não reconhecida limite do ativo	-	175	-	12.987	-	-	-	13.162
Exposição reconhecida	(3.688)	-	(3.143)	-	(4.134)	(14.896)	(10.965)	(14.896)

- (a) Apurou-se um déficit no Plano CEMAT BD-I de R\$3.688 que foi reconhecido no passivo da patrocinadora;
(b) Apurou-se um déficit no Plano OP de R\$3.143, que foi reconhecido no passivo da patrocinadora;
(c) Apurou-se um déficit do Plano R de R\$4.134 que refere-se substancialmente a inclusão dos participantes ativos deste plano na avaliação atuarial, na qual adotou-se o método do crédito unitário projetado. Assim, foi reconhecido no passivo da patrocinadora o montante do déficit apurado.

Reconciliação	
Posição líquida em 2013	(14.896)
Efeito em ORA	5.589
Efeito no Resultado do Exercício	(1.659)
Posição líquida em 2014	(10.965)

d. Alocação percentual do valor justo dos ativos dos planos

	CEMAT - BD-I		OP		R	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Investimentos:						
Títulos públicos	27,35%	26,43%	33,14%	25,48%	46,95%	26,41%
Créditos privados e depósitos	43,75%	39,74%	37,85%	38,30%	20,70%	39,70%
Ações	0,42%	0,54%	0,39%	0,52%	0,39%	0,54%
Fundos de investimento	27,27%	32,40%	24,18%	31,31%	30,73%	32,39%
Empréstimos e financiamentos	1,17%	0,88%	4,40%	4,39%	1,18%	0,96%
Outros	0,04%	0,01%	0,04%	0,00%	0,05%	0,00%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Plano de saúde

A Companhia patrocina plano de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS, não cabendo a Companhia, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 as despesas com o plano de saúde foram de R\$8.445 (R\$7.357 em 2013).

35. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contrato de compra de energia - reais mil						
Vigência	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019
2015 a 2046	1.029.472	1.063.913	1.082.025	1.212.387	1.350.249	17.789.791

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço corrente no final de dezembro de 2014, e foram homologados pela ANEEL.

- Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

36. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 10 de dezembro de 1997, foi outorgado à Companhia a distribuição de energia elétrica em 141 municípios no Estado de Mato Grosso, pelo prazo de 30 anos. O contrato de concessão já foi homologado junto à ANEEL, podendo ser prorrogado por uma única vez, pelo mesmo período, conforme Lei 12.783/2013.

Além do contrato de distribuição acima mencionado, a Companhia possui Contrato de Concessão de Geração nº 04/1997 de 3 Usinas Termelétricas, com as respectivas subestações associadas, com vencimento em 10 de dezembro de 2027. De acordo com tais contratos, as concessões nas atividades de geração de energia elétrica da Companhia são as seguintes:

Concessão de usinas térmicas	Capacidade total instalada MW	Capacidade total utilizada MW (*)	Data da concessão	Data de vencimento
Concessão de 3 Usinas Termelétricas, são elas: Guariba, Paranorte e Rondolândia.	4,00	1,47	10/12/1997	10/12/2027

(*) Não examinado pelos auditores independentes

De acordo com o artigo 8º da Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.163 de 30 de julho de 2004, ficou vedada às concessionárias que atuam na distribuição de energia elétrica, manter atividades de geração no sistema interligado nacional de transmissão. A exceção ficou para os casos de atendimento a sistema elétrico isolado, ou seja, aqueles não ligados ao sistema interligado de transmissão. Embora, possuindo 3 usinas termelétricas próprias no sistema isolado, a principal atividade da Companhia é a distribuição de energia elétrica, e a necessidade da manutenção desses ativos de geração é somente para atendimento dessas comunidades isoladas. Portanto, a administração da Companhia considera seu negócio principal a atividade de distribuição de energia elétrica e a pequena atividade de geração como parte integrante do negócio principal, o que levou a bifurcação de todo ativo imobilizado da concessão em ativo financeiro e ativo intangível visto que o contrato garante o direito de indenização.

Os ativos de geração de energia representam 0,25% de todo ativo financeiro e intangível da concessão da Companhia.

Os contratos de concessão (distribuição e geração) contêm cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

37. Meio Ambiente (*)

As empresas do Grupo Energisa, em suas atividades de geração, distribuição, comercialização e soluções em energia elétrica, têm como política a busca constante na melhoria do desempenho de seus produtos e serviços, considerando aspectos qualitativos, econômicos, ambientais e de saúde e segurança, assegurando desta forma o desenvolvimento sustentável. Para tanto, são observados os seguintes princípios:

- Cumprimento da legislação ambiental e de saúde e segurança do trabalho, assim como de outros requisitos legais aplicáveis.
- Estímulo à educação ambiental, prevenção de acidentes e doenças ocupacionais e otimização da qualidade de vida dos colaboradores, fornecedores e da comunidade.
- Utilização dos recursos naturais de forma racional e sustentável.
- Incentivo à pesquisa com vista à adoção de práticas que promovam a proteção ao meio ambiente, à segurança e a saúde dos colaboradores e de terceiros.
- Atuar junto aos fornecedores e prestadores de serviços no sentido de orientar e monitorar suas atividades, de forma a assegurar a sua regularidade ambiental, de saúde e segurança.
- Compromisso com a melhoria contínua da qualidade de seus processos, produtos e serviços, de forma sustentável.

A Companhia disponibilizou em seu orçamento mais de R\$1.500 para assegurar a execução aos programas de meio ambiente em 2014, com destaque para a arborização urbana, a recuperação de passivos ambientais e a gestão de resíduos sólidos.

Durante o ano, foram descartadas aproximadamente 170 toneladas de material impregnado com óleo diesel de unidades desativadas de geração térmica, com destaque para a eliminação de materiais impregnados por Ascarel. O tratamento dos resíduos perigosos é um atendimento da empresa à legislação vigente.

(*) Informações não financeiras não auditadas.

38. Informações adicionais aos fluxos de caixa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	2014	2013
Atividades operacionais	207.623	(15.234)
Contas a receber da concessão - Bifurcação de Ativos	123.628	(54.734)
Contas a receber da concessão - Atualização VNR	24.358	28.602
Cauções e Depósitos - empréstimos	37.418	-
Fornecedores	22.219	10.898
Atividades de investimentos	170.205	10.898
Fornecedores	22.219	10.898
Atividades de financiamento	37.418	-
Empréstimos e financiamentos	37.418	-

39. Eventos Subsequentes

a. Bandeiras tarifárias

A partir de 2015, as contas de energia terão a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

As bandeiras verde, amarela e vermelha indicarão se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,025 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,055 para cada quilowatt-hora kWh consumidos.

A distribuidora de energia divulgará, na conta de energia, a aplicação das bandeiras para que o consumidor possa compreender então, qual bandeira estaria valendo no mês atual.

O período de aplicação da bandeira tarifária será o primeiro dia do mês posterior à data de divulgação.

b. Revisão tarifária extraordinária

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), em reunião realizada em 27/02/2015, deliberou por conceder, a partir de 02/03/2015, revisão tarifária extraordinária (RTE) diferenciada para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país. O efeito médio para a Companhia foi de 26,8%.

A revisão tarifária extraordinária (RTE) aplicada tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia.

c. Alteração da denominação social

Em 02 de fevereiro de 2015, em Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberado a alteração da razão social da Companhia para Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A, tendo sido aprovada em Ata de Assembleia Geral Extraordinária na mesma data.